Setembro/2008
Vol. 14, Nº 9

MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, outubro/2008

Esta publicação encontra-se disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional — www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/resultado.asp — com acesso aos exemplares anteriores e ao cronograma anual de divulgação.

MINISTRO DA FAZENDA
Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE
Lindemberg de Lima Bezerra

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS
Cleber Ubiratan de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE
Alex Pereira Benício
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Felipe Augusto Trevisan Ortiz
Felipe Palmeira Bardella
Heloisa Teixeira Saito
Janet Maria Pereira
Lígia Helena da Cruz Ourives

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:
(61) 3412-3970/3971

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br
Home Page: http://www.tesouro.fazenda.gov.br

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco “P”, 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970
Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 14, n. 9, setembro 2008. 35 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970
1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em setembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R$ 6,0 bilhões, contra R$ 6,3 bilhões obtidos no mês anterior e R$ 38,7 milhões em setembro de 2007. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R$ 13,6 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R$ 7,4 bilhões e R$ 139,9 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central no acumulado até setembro de 2008 atingiu R$ 80,8 bilhões, equivalente a 3,81% do PIB estimado para o período.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2007-2008

R$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	AGO 2008	SET 2008	JAN - SET 2007	JAN - SET 2008
I. RECEITA TOTAL	**58.451,1**	**60.006,9**	**444.507,2**	**526.247,8**
I.1. Receitas do Tesouro	**45.128,5**	**46.373,6**	**346.546,5**	**411.628,0**
I.1.1. Receita Bruta (1)	46.932,0	47.818,2	354.813,6	419.856,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.803,5	-1.444,6	-8.257,0	-8.228,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-10,1	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	**13.193,2**	**13.430,0**	**97.108,1**	**113.356,2**
I.3. Receitas do Banco Central	**129,4**	**203,3**	**852,5**	**1.263,6**
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**12.080,6**	**9.530,0**	**76.464,3**	**94.115,3**
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	**46.370,5**	**50.476,9**	**368.042,9**	**432.132,4**
IV. DESPESA TOTAL	**40.112,9**	**44.469,3**	**316.547,2**	**351.304,3**
IV.1. Despesas do Tesouro	**22.690,6**	**23.279,6**	**182.304,5**	**204.474,1**
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	9.524,0	9.949,1	84.091,8	92.090,9
IV.1.2. Custeio e Capital	13.098,4	13.255,8	97.925,3	111.789,1
IV.1.2.1. Despesa do FAT	*2.651,4*	*1.911,4*	*13.126,4*	*15.439,2*
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	*-1.294,4*	*535,5*	*4.747,8*	*3.053,2*
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	*1.351,8*	*1.366,8*	*10.001,1*	*11.890,3*
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	*10.389,6*	*9.442,0*	*70.050,0*	*81.406,4*
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	*7.355,0*	*7.094,9*	*57.554,7*	*63.159,7*
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	*3.034,6*	*2.347,1*	*12.495,3*	*18.246,7*
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	68,2	74,6	287,4	594,1
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	**17.253,5**	**20.846,5**	**132.848,9**	**145.166,5**
IV.3. Despesas do Banco Central	**168,8**	**343,2**	**1.393,8**	**1.663,8**
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	**6.257,5**	**6.007,6**	**51.495,7**	**80.828,1**
V.1. Tesouro Nacional	10.357,2	13.564,0	87.777,7	113.038,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-4.060,3	-7.416,5	-35.740,8	-31.810,3
V.3. Banco Central (4)	-39,4	-139,9	-541,3	-400,2
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			**2,74%**	**3,81%**

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2008/2007

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	**18,39%**
Tesouro	18,78%
Previdência	16,73%
Transferências	**23,08%**
Receita Líquida	**17,41%**
Despesas	**10,98%**
Benefícios	9,27%
Pessoal	9,51%
Custeio e Capital	14,16%
FAT	17,62%
Subsídios	-35,69%
LOAS/RMV	18,89%
Outras	16,21%
Custeio	9,74%
Capital	46,03%
PIB estimado	**12,80%**

O resultado do mês de setembro refletiu, por um lado, o incremento da receita líquida do Governo Central, explicada pela elevação das receitas do Tesouro Nacional e pela redução sazonal das transferências a estados e municípios, e, por outro lado, o acréscimo das despesas, principalmente de benefícios previdenciários, em decorrência do pagamento da primeira parcela do abono anual à maioria dos segurados e dependentes da Previdência.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN - SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Tesouro Nacional	4,67%	5,33%
Previdência Social	-1,90%	-1,50%
Banco Central	-0,03%	-0,02%
Governo Central	**2,74%**	**3,81%**

No que se refere às receitas do Tesouro Nacional, observou-se

acréscimo de R$ 1,2 bilhão, efeito este localizado na arrecadação: i) do IRPF (R$ 556,5 milhões) em função da arrecadação atípica relativa a ganho de capital na alienação de bens em decorrência de alienação de empresa; ii) do IPI vinculado às importações e do Imposto de Importação (R$ 226,3 milhões e R$ 210,8 milhões) em função da elevação da taxa de câmbio; iii) do ITR (R$ 225,7 milhões) devido ao recolhimento, em setembro, da primeira cota ou cota única referente ao ano calendário 2007; e iv) da receita diretamente arrecadada (R$ 542,0 milhões). Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de R$ 1,5 bilhão na arrecadação de dividendos no mês. Pelo lado das despesas do Tesouro Nacional, observou-se acréscimo de R$ 588,9 milhões em relação a agosto, dos quais R$ 425,1 milhões relativos a dispêndios com pessoal e encargos sociais e R$ 1,8 bilhão relativos às despesas com subsídios e subvenções econômicas, em decorrência do recebimento líquido de R$ 1,7 bilhão do FND em agosto, contra R$ 9,7 milhões este mês. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de R$ 743,4 milhões nas despesas com abono e seguro desemprego e de R$ 947,6 milhões nas outras despesas de custeio e capital, redução esta concentrada nas despesas discricionárias e com créditos extraordinários.

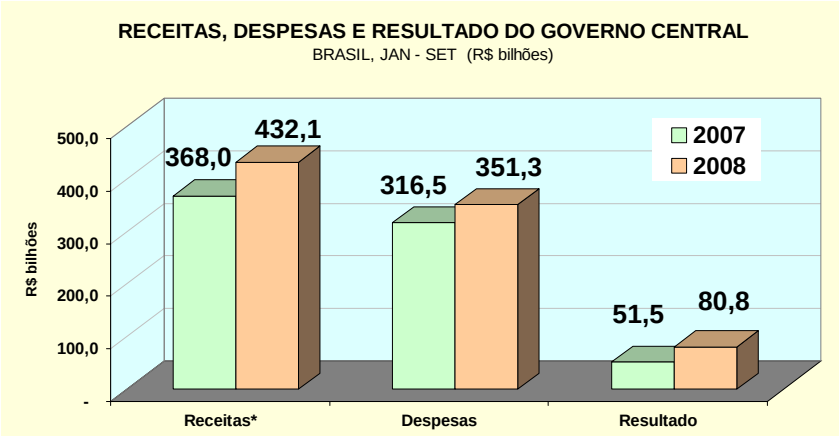
A elevação da receita do Tesouro Nacional em setembro, comparativamente ao mês anterior, decorre da composição de fatores atípicos, de elementos sazonais e da elevação da taxa de câmbio.

O déficit da Previdência Social atingiu R$ 7,4 bilhões em setembro, contra R$ 4,1 bilhões observados no mês anterior (elevação de 82,7%). Isto é reflexo do pagamento da primeira parcela do abono anual (13º salário) com competência em agosto, cujo impacto financeiro se deu em maior parte neste mês de setembro. Outra parte menor deste impacto já havia ocorrido no mês anterior, em decorrência da modificação introduzida pela Lei nº 11.665/2008, que alterou o art. 41-A da Lei nº 8.213/1991 (Planos de Benefícios da Previdência Social).

No ano, o resultado do Governo Central é 57,0% superior ao obtido em igual período de 2007 (R$ 80,8 bilhões contra R$ 51,5 bilhões). Com isso, o resultado primário passou de 2,74% para 3,81% do PIB estimado para o período. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, cresceram 4,1% acima do crescimento nominal do PIB no período (12,8%), enquanto as despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de 1,6%.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES REAIS (SOBRE CRESCIMENTO NOMINAL DO PIB) (% ACUMULADO JAN-SET)

DISCRIMINAÇÃO	07/06	08/07
Receitas	**1,9%**	**5,0%**
Tesouro	1,6%	5,3%
Previdência	3,3%	3,5%
Transferências	**2,6%**	**9,1%**
Receita Líquida	**1,7%**	**4,1%**
Despesas	**2,5%**	**-1,6%**
Benefícios	1,0%	-3,1%
Pessoal	2,2%	-2,9%
Custeio e Capital	5,2%	1,2%
FAT	9,7%	4,3%
Subsídios	-7,7%	-43,0%
LOAS/RMV	6,4%	5,4%
Outras	5,2%	3,0%
Custeio	3,0%	-2,7%
Capital	16,5%	29,5%



O comportamento das receitas reflete o bom desempenho da economia, como também as ações administativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN no trabalho de recuperação dos débitos. Houve crescimento de 31,8% na arrecadação pela aplicação de multas e juros, inclusive da dívida ativa, em relação aos primeiros nove meses de 2007. Pelo efeito legislação, as principais alterações promovidas em 2008 foram: i) extinção da CPMF e aumento das alíquotas do IOF, com efeitos a partir de janeiro; ii) redução de alíquota da CIDE-combustíveis incidente sobre gasolina e diesel e aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% incidente sobre as instituições financeiras, com efeito financeiro a partir de junho; e iii) mudança do prazo de recolhimento do IPI-Automóveis e do IPI-Bebidas de decendial para mensal, com reflexo a partir de julho e de setembro, respectivamente.

O crescimento de 18,4% na receita do Governo Central em 2008 decorre da maior lucratividade das empresas e da recuperação de débitos em atraso, que se reflete no crescimento da arrecadação pela aplicação de multas e juros.

Os principais acréscimos na receita de Impostos e Contribuições foram: i) IRPJ (29,9%) e CSLL (34,8%), devido ao maior crescimento nos itens Estimativa Mensal e Lucro Presumido, cuja arrecadação tem por base o faturamento da empresas, e a arrecadação atípica de R$ 1,9 bilhão referente a débito de exercícios anteriores; ii) IRRF-Rendimento do Trabalho (23,9%), devido ao crescimento da massa salarial e à diferença de fatos geradores por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único); iii) Imposto de Importação (36,4%), devido ao crescimento, em dólar, das importações tributadas; e iv) IRPF (21,2%), devido à tributação sobre ganhos de capital na alienação de bens. Por fim, as demais receitas cresceram 39,4%, em grande medida pelo incremento de R$ 3,3 bilhões nos ingressos de concessões para exploração de petróleo e gás natural e serviços de telefonia móvel celular, de R$ 6,3 bilhões na receita de dividendos, e de R$ 5,8 bilhões em cota-parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço do petróleo no mercado internacional.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, JAN - SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros)	3,15%	3,49%
CIDE - Combustíveis	0,07%	0,06%
Lei Comp. nº 115/2002[1]	0,16%	0,07%
Demais	0,68%	0,82%
Total	**4,07%**	**4,44%**

[1] Inclui auxílio financeiro

As transferências a estados e municípios cresceram 23,1% (R$ 17,7 bilhões) em termos nominais, percentual superior ao crescimento da receita do Tesouro (18,8%). Em proporção do PIB, estas totalizaram 4,44% contra 4,07% em 2007. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 24,8% (R$ 14,7 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (12,8%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (Imposto de Renda e IPI).

As despesas de pessoal e encargos sociais ficaram 2,9% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 12,2% (R$ 22,2 bilhões) em comparação com os primeiros nove meses de 2007. O aumento nominal nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi de 9,5% (R$ 8,0 bilhões), refletindo, entre outros fatores, os pagamentos referentes às reestruturações de carreiras dos Poderes. No entanto, tais despesas ficaram 2,9% abaixo da variação nominal do PIB. Os gastos com a folha de funcionalismo que representavam, ao final de setembro de 2007, 4,47% do PIB, situaram-se, no mesmo período de 2008, em 4,34% do PIB.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN - SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Pessoal e Encargos	**4,47%**	**4,34%**
Custeio e Capital	**5,21%**	**5,27%**
Despesas do FAT	0,70%	0,73%
Subsídios e Subvenções[1]	0,25%	0,14%
LOAS/RMV	0,53%	0,56%
Outras	3,73%	3,84%
Transferência ao Bacen	**0,02%**	**0,03%**

[1] Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Por seu turno, os dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas apresentaram redução nominal de R$ 1,7 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal rubrica apresentou redução de 0,11 p.p. do PIB, passando de 0,25% em 2007 para 0,14% em 2008. Este comportamento é explicado, principalmente, pelo acréscimo nos recebimentos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (R$ 911,4 milhões), pela diminuição nas despesas do Custeio Agropecuário (R$ 531,4 milhões), e pela redução nas despesas do programa Aquisição do Governo Federal (R$ 492,5 milhões).

Até setembro de 2008, enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 2,7% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 29,5% acima da variação do PIB. O déficit do RGPS, no mesmo período, caiu de 1,90% do PIB para 1,50% do PIB.

No que se refere às Outras Despesas de Custeio e Capital, houve incremento de 16,2% (R$ 11,4 bilhões) em relação ao acumulado até setembro do ano anterior, sendo 9,7% (R$ 5,6 bilhões) referentes a custeio e 46,0% (R$ 5,8 bilhões) referentes a capital. Com isto, enquanto a variação dos gastos de custeio ficaram 2,7% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 29,5% acima da variação do PIB.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, MÉDIA JAN-SET

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,8	22,3	2,5%
Valor médio RGPS**	588,2	629,0	6,9%

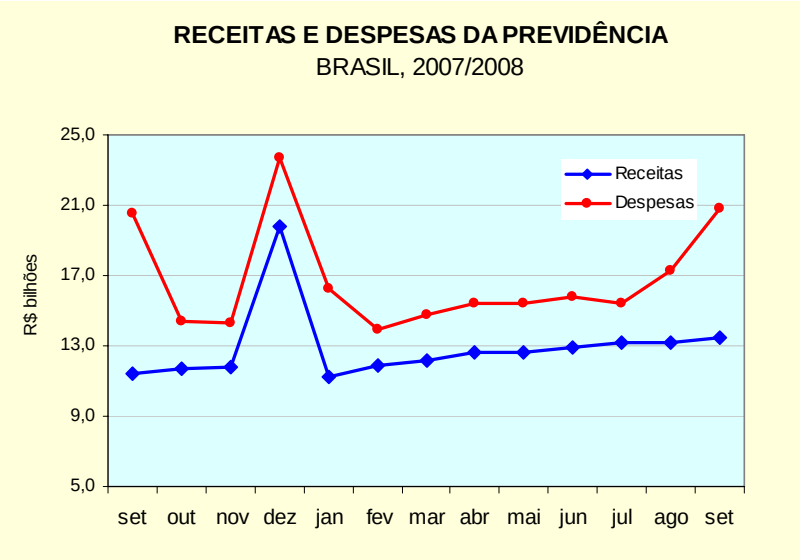
(*) em milhões
(**) em R$ 1,00

O déficit da Previdência Social atingiu R$ 31,8 bilhões no acumulado até setembro de 2008, contra R$ 35,7 bilhões observados no mesmo período de 2007 (redução de 11,0%). A arrecadação líquida passou de R$ 97,1 bilhões para R$ 113,4 bilhões (16,7%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R$ 98,6 bilhões para R$ 116,9 bilhões (elevação de 18,6%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, com impacto positivo na arrecadação de contribuições sobre a folha de pagamento. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R$ 12,3 bilhões (9,3%), atingindo o montante de

R$ 145,2 bilhões. Como tem ocorrido em meses anteriores, o déficit primário do RGPS apresentou queda em proporção do PIB, reduzindo-se para 1,50%, 0,40 p.p. inferior ao nível registrado em idêntico período de 2007 (1,90%).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN - SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,17%	5,35%
Benefícios	7,07%	6,85%
Res. Primário	**-1,90%**	**-1,50%**



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional em setembro aumentou 1,9% relativamente ao mês anterior em função, sobretudo, do incremento nas receitas de impostos federais.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R$ 47,8 bilhões em setembro contra R$ 46,9 bilhões verificados em agosto (aumento de 1,9%). Este desempenho é explicado pelo incremento de R$ 935,6 milhões nas receitas de impostos federais e de R$ 607,2 milhões nas receitas de contribuições, decorrente, sobretudo, do crescimento da arrecadação da Cofins, em função do aumento do volume de vendas de bens e serviços.

As receitas de impostos federais totalizaram R$ 21,7 bilhões contra R$ 20,8 bilhões em agosto (incremento de 4,5%), refletindo, sobretudo, uma arrecadação atípica decorrente de ganho de capital na alienação de empresa (R$ 655,0 milhões). As receitas de contribuições, por sua vez, totalizaram R$ 18,2 bilhões contra R$ 17,6 bilhões em agosto (aumento de 3,4%).

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 7,9 bilhões contra R$ 8,5 bilhões em julho (queda de 7,7%). O principal responsável por esse desempenho foi a queda de R$ 1,5 bilhão nas receitas de dividendos da União, no comparativo com o mês anterior.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2008 (R$ Milhões)[1]

DISCRIMINAÇÃO	AGO/08	SET/08
Impostos	**20.755,1**	**21.690,6**
Imposto de Renda	13.833,6	14.320,3
IPI	3.544,4	3.665,8
Outros	3.377,1	3.704,5
Contribuições	**17.630,0**	**18.237,2**
Cofins	10.394,2	10.941,3
CPMF	13,6	11,9
CSLL	3.206,4	2.992,6
Cide - Combustíveis	413,9	408,4
Outras	3.601,9	3.883,0
Demais	**8.546,9**	**7.890,4**
Cota parte	1.333,3	1.257,1
Diretamente Arrecadada	1.668,7	2.210,7
Dividendos da União	4.550,4	3.042,4
Concessões	41,4	299,9
Outras	953,1	1.080,2
Total Bruto	**46.932,0**	**47.818,2**

[1] Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No acumulado do ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,81% do PIB, dos quais 9,31% correspondem à arrecadação de impostos, 7,59% a contribuições e 2,91% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 65,1 bilhões (18,3%) quando comparada ao período equivalente no ano anterior, passando de R$ 354,8 bilhões para R$ 419,9 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, de fatores ligados ao crescimento da economia e de ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN no trabalho de recuperação dos débitos.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, no ano, principalmente, pelos seguintes fatores:

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2008 está sendo influenciada pelo desempenho da economia, por ações desenvolvidas no âmbito da RFB e PGFN para recuperação de débitos em atraso e por mudanças na arrecadação do IRRF, do IOF, da CSLL e do IPI.

a) crescimento de R$ 15,1 bilhões (29,9%) na arrecadação de IRPJ e de R$ 8,6 bilhões (34,8%) na arrecadação de CSLL, refletindo o faturamento de empresas de diversos setores, com destaque para os setores de serviços financeiros, combustíveis, fabricação de veículos automotores, comércio atacadista e metalurgia. Vale destacar também a arrecadação atípica da CSLL, em 2008, de R$ 1,9 bilhão referente a débitos de exercícios anteriores em contestação judicial, bem como o aumento de 9% para 15% na alíquota desta contribuição, incidente sobre as instituições financeiras;

b) elevação de R$ 10,3 bilhões (19,6%) no IRRF, principalmente devido ao crescimento de 23,9% no IRRF - rendimentos do trabalho, reflexo do crescimento da massa salarial, da diferença de fatos geradores entre os meses de janeiro de 2008 e de janeiro de 2007, por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único), e da maior lucratividade de empresas do setor financeiro, que elevou a distribuição da participação nos lucros ou resultados (PLR);

c) incremento de R$ 15,0 bilhões (20,2%) na Cofins e de R$ 4,0 bilhões (20,4%) no PIS/Pasep, refletindo, em grande medida, o aumento das importações e do faturamento das empresas, com destaque para os setores de fabricação de veículos automotores, comércio atacadista, metalurgia, construção civil, telecomunicações e combustíveis;

d) aumento de R$ 9,4 bilhões (165,4%) na arrecadação do IOF, devido a alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com os Decretos nº 6.306, de 2007, nº 6.339 e nº 6.345, de 2008, e arrecadação atípica, ocorrida em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores, no valor de R$ 167,0 milhões. Cumpre salientar que contribuiu significativamente

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN - SET (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	**152.004,9**	**197.376,7**
Imposto de Renda	113.503,7	141.120,4
IPI	23.793,1	28.950,4
Outros	14.708,2	27.305,9
Contribuições	**158.589,7**	**160.855,6**
Cofins	74.328,4	89.372,7
CPMF	26.653,0	1.116,0
CSLL	24.803,3	33.429,6
Cide - Combustíveis	5.909,4	4.766,5
Outras	26.895,7	32.170,8
Demais	**44.218,9**	**61.623,8**
Cota parte	12.342,9	18.100,6
Diretamente Arrecadada	14.285,1	17.146,0
Dividendos da União	6.567,8	12.856,3
Concessões	1.119,2	4.708,9
Outras	9.903,9	8.812,1
Total Bruto	**354.813,6**	**419.856,0**

[1] Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

para esse resultado o crescimento do volume das operações de crédito das pessoas físicas e jurídicas, em relação a igual período do ano anterior;

e) crescimento de R$ 5,2 bilhões (21,7%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI - automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno e de mudança de prazo de recolhimento, de decendial para mensal, com impacto a partir de junho; IPI - outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria no acumulado do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os setores de metalurgia, fabricação de veículos automotores e fabricação de produtos de minerais não-metálicos; e IPI vinculado às importações, decorrente da elevação de 53,39% no valor em dólar das importações tributadas e de 0,63% na alíquota média efetiva do imposto, e da redução de 15,76% na taxa média de câmbio;

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN - SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	**8,09%**	**9,31%**
Imposto de Renda	6,04%	6,66%
IPI	1,27%	1,37%
Outros	0,78%	1,29%
Contribuições	**8,44%**	**7,59%**
Cofins	3,96%	4,22%
CPMF	1,42%	0,05%
CSLL	1,32%	1,58%
Cide - Combustíveis	0,31%	0,22%
Outras	1,43%	1,52%
Demais	**2,35%**	**2,91%**
Cota parte	0,66%	0,85%
Diretamente Arrecadada	0,76%	0,81%
Dividendos da União	0,35%	0,61%
Concessões	0,06%	0,22%
Outras	0,53%	0,42%
Total Bruto	**18,88%**	**19,81%**

[1] Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

f) elevação de R$ 3,2 bilhões (36,4%) no imposto de importação, decorrente da elevação de 53,39% no valor em dólar das importações tributadas e de 4,01% na alíquota média do imposto, e da redução de 15,76% na taxa média de câmbio;

g) acréscimo de R$ 2,2 bilhão (21,2%) na arrecadação de IRPF, explicado principalmente pela arrecadação relativa ao item ganho de capital da alienação de bens (participações acionárias) e ao item declaração de ajuste; e

h) redução de R$ 25,6 bilhões na arrecadação da CPMF em decorrência de extinção desta contribuição para fatos geradores a partir de janeiro de 2008.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO
BRASIL, JAN - SET (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Demais	**44.218,9**	**61.623,8**
Cota parte	12.342,9	18.100,6
Plano do Servidor (CPSS)	4.816,3	5.392,5
Diretamente Arrecadada	14.285,1	17.146,0
Dividendos da União	6.567,8	12.856,3
Pagamento unificado	-	-
Concessões	1.119,2	4.708,9
Outras	5.087,6	3.419,6

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou acréscimo de R$ 17,4 bilhões (39,4%) em relação ao mesmo período de 2007, decorrente do: i) incremento de R$ 5,8 bilhões nas receitas de cota-parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço internacional do petróleo; ii) crescimento de R$ 6,3 bilhões na arrecadação de dividendos da União; iii) aumento de R$ 3,6 bilhões nas receitas de concessões, explicada, em grande medida, pela arrecadação, em março de 2008, relativa a 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, e em maio, relativa a licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, ambas sem correspondência em idênticos períodos do ano anterior; e iv) aumento de R$ 2,9 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas.

Transferências a Estados e Municípios

Em setembro, as transferências a estados e municípios totalizaram R$ 9,5 bilhões contra R$ 12,1 bilhões em agosto, apresentando um decréscimo de R$ 2,6 bilhões. Concorreram para este comportamento: i) o decréscimo de R$ 1,6 bilhão nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo a gás natural, que atingiu R$ 993,5 milhões em setembro, contra R$ 2,6 bilhões registrados em agosto; e ii) a queda de R$ 991,9 milhões nas transferências constitucionais, que evoluíram de R$ 8,6 bilhões em agosto para R$ 7,6 bilhões em setembro.

No ano, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R$ 17,7 bilhões (23,1%) em relação a igual período do ano anterior, elevando-se de R$ 76,5 bilhões em 2007 para R$ 94,1 bilhões em 2008. Tal elevação é explicada, em grande medida, pelo aumento de R$ 14,7 bilhões (24,8%) nas transferências constitucionais, reflexo da maior arrecadação das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI) no período, e pelo acréscimo de R$ 3,4 bilhões (42,9%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo a gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, 2008 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	AGO/08	SET/08
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.617,3	7.625,4
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002[1]	162,5	162,5
Demais	3.300,8	1.742,0
Total	**12.080,6**	**9.530,0**

[1] Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, JAN - SET (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros	59.200,7	73.886,7
CIDE - Combustíveis	1.379,5	1.302,7
Lei Comp. nº 115/2002[1]	3.091,4	1.478,6
Demais	12.792,7	17.447,3
Total	**76.464,3**	**94.115,3**

[1] Inclui auxílio financeiro

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, JAN - SET (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Salário-Educação	3.423,1	3.863,3
Royalties Lei 9478	7.890,7	11.277,9
Fundef	1.402,7	2.222,0
Outras	76,2	84,2
Total	**12.792,7**	**17.447,3**

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em setembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 23,3 bilhões, apresentando elevação de R$ 588,9 milhões (2,6%) relativamente a agosto. Tal resultado decorreu, em grande parte, pelo incremento nos gastos com subsídios e subvenções econômicas no montante de R$ 1,8 bilhão, em função do retorno líquido, em agosto, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Por outro lado, as outras despesas de custeio e capital reduziram-se em R$ 947,6 milhões (9,1%), concentrados nos dispêndios discricionários (R$ 501,7 milhões, 6,2%).

As despesas do FAT totalizaram R$ 1,9 bilhão, em setembro, contra R$ 2,7 bilhões no mês anterior. O pagamento com benefícios de abono salarial PIS/Pasep em agosto alcançou R$ 1,1 bilhão, contra R$ 495,0 milhões, em setembro, conforme previsto no calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2008/2009 (julho/2008 a junho/2009), regulamentado pela Resolução Codefat nº 579, de 24 de junho de 2008. Por sua vez, os gastos com seguro desemprego atingiram R$ 1,1 bilhão, em agosto, contra R$ 1,3 bilhão, em setembro.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, o acréscimo decorreu, principalmente, nos dispêndios de apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de atividades econômicas no âmbito do Fundo Nacional de De-

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, 2008 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO[1]	AGO/08	SET/08
Agricultura	**61,2**	**158,4**
Custeio Agropecuário	1,0	29,9
Investimento Rural	0,3	0,0
Preços Agrícolas	-5,8	-16,1
- EGF	*0,1*	*0,0*
- AGF	*-30,8*	*-36,2*
- Sustent. de preços	*25,0*	*20,0*
Pronaf	-2,1	18,8
Pesa	8,6	2,1
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	58,7	122,2
FUNCAFÉ	0,3	1,6
Outros	**-1.698,8**	**34,8**
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-1.670,8	-9,7
Exportação (Proex)	-27,9	44,6
Total	**-1.637,6**	**193,3**

senvolvimento – FND que passou de retorno líquido de R$ 1,7 bilhão, em agosto, para R$ 9,7 milhões, em setembro.

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, houve queda relativamente a agosto nas despesas discricionárias no montante de R$ 501,7 milhões (6,2%), concentradas principalmente nos Ministérios da Fazenda (R$ 329,2 milhões), das Cidades (R$ 59,8 milhões) e do Desenvolvimento Agrário (R$ 57,6 milhões). As despesas decorrentes de abertura de crédito extraordinário apresentaram redução de R$ 441,7 milhões (55,1%), enquanto a execução do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) foi de R$ 825,8 milhões, inferior ao observado no mês anterior em R$ 61,8 milhões (7,0%).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
BRASIL, 2008 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	AGO/08	SET/08
Sentenças Judiciais	18,2	28,8
Legislativo/Judiciário	459,2	513,0
Crédito Extraordinário [1]	801,0	359,3
Projeto Piloto de Investimento[2]	887,6	825,8
Outras[3]	65,2	58,5
Discricionárias	8.158,4	7.656,7
d/q Min. da Saúde	3.275,7	3.268,0
Min. do Des. Social	1.166,3	1.173,8
Min. da Educação	811,3	851,5
Min. da Defesa	572,6	573,1
Min. da Ciência e Tec.	246,0	223,9
Min. do Des. Agrário	149,0	91,4
Min. da Justiça	116,7	150,8
Min. da Previdência	108,3	119,0
Min. das Cidades	304,9	245,1
Demais	1.407,7	960,1
Total	**10.389,6**	**9.442,0**

[1] Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.
[2] Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3o da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).
[3] Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,65% do PIB, contra 9,70% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R$ 22,2 bilhões (12,2%) em relação a 2007, destacando-se os incrementos de R$ 8,0 bilhões (9,5%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, e de R$ 13,9 bilhões (14,2%) nas Despesas de Custeio e Capital.

Os dispêndios com a folha salarial registram redução de 0,13 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,47% em 2007, para 4,34% em 2008. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R$ 3,0 bilhões (17,8%) e no Poder Executivo, acréscimo de R$ 4,7 bilhões (7,1%). Parte do aumento da despesa no âmbito do Poder Executivo decorreu da reestruturação de carreiras dos servidores públicos civis e militares. Por sua vez, os precatórios de pessoal das Justiças do Trabalho e Federal apresentaram aumento de R$ 892,3 milhões (41,8%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN - SET (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Pessoal e Encargos	**84.091,8**	**92.090,9**
Custeio e Capital	**97.925,3**	**111.789,1**
Despesas do FAT	13.126,4	15.439,2
Subsídios e Subvenções[1]	4.747,8	3.053,2
LOAS/RMV	10.001,1	11.890,3
Outras	70.050,0	81.406,4
Transferência ao Bacen	**287,4**	**594,1**

[1] Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Até o segundo quadrimestre de 2008, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, reduziram de 4,47% para 4,34% do PIB, em relação ao mesmo período do exercício anterior, ficando 2,9% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,21% para 5,27% do PIB, (acréscimo de 0,06 p.p.), impulsionado pelo incremento de 0,11 p.p. na rubrica 'Outras Despesas de Custeio e Capital', acréscimo de 0,03 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego, e gastos operacionais do FAT e 0,03 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV, não obstante a queda de 0,11 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

As despesas do FAT atingiram R$ 15,4 bilhões nos nove primeiros meses de 2008, contra R$ 13,1 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo decorre não somente do aumento do salário mínimo, mas também do número de beneficiários identificados.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN - SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Pessoal e Encargos	**4,47%**	**4,34%**
Custeio e Capital	**5,21%**	**5,27%**
Despesas do FAT	0,70%	0,73%
Subsídios e Subvenções[1]	0,25%	0,14%
LOAS/RMV	0,53%	0,56%
Outras	3,73%	3,84%
Transferência ao Bacen	**0,02%**	**0,03%**

[1] Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2007-2008

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média jan-set/01	1.275.824	-	436.702	-	839.122	-
média jan-set/02	1.425.843	12%	516.803	18%	909.040	8%
média jan-set/03	1.614.796	13%	617.997	20%	996.799	10%
média jan-set/04	1.853.064	15%	788.839	28%	1.064.225	7%
média jan-set/05	2.146.217	16%	985.984	25%	1.160.233	9%
média jan-set/06	2.364.966	10%	1.117.497	13%	1.247.469	8%
média jan-set/07	2.560.306	8%	1.224.488	10%	1.335.818	7%
média jan-set/08	2.776.984	8%	1.343.091	10%	1.433.893	7%

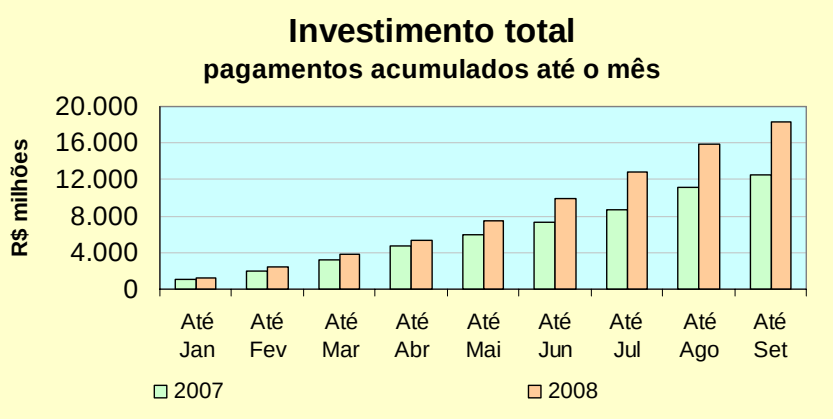
As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R$ 1,9 bilhão (18,9%) em relação ao acumulado até setembro de 2007. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo nos anos de 2007 e 2008 e o crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,0% no período de janeiro a setembro de 2008 relativamente a 2007 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,3 milhão foi destinado aos idosos e 1,4 milhão aos portadores de deficiência.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN - SET (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO[1]	2007	2008
Agricultura	**3.251,7**	**2.072,5**
Custeio Agropecuário	780,9	249,5
Investimento Rural	25,7	28,0
Preços Agrícolas	1.102,3	477,5
- EGF	*6,5*	*4,2*
- AGF	*189,4*	*-303,1*
- Sustent. de preços	*906,5*	*776,5*
Pronaf	642,0	539,0
Pesa	233,1	255,0
Cacau	0,3	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	467,4	505,9
FUNCAFÉ	0,1	17,6
Outros	**-236,4**	**-1.084,6**
Habitação (PSH)	126,8	282,0
FND	-531,4	-1.442,9
Exportação (Proex)	168,3	76,3
Total	**3.015,3**	**987,9**

[1] Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
[2] Dados revistos

Até setembro de 2008, as despesas com Subsídios, Subvenções Econômicas alcançaram R$ 3,1 bilhões, contra R$ 4,7 bilhões em 2007. Tal comportamento decorreu dos retornos líquidos no âmbito do FND, que passaram de R$ 531,4 milhões, em 2007, para R$ 1,4 bilhão, em 2008. No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se queda nas despesas relativas aos seguintes Programas: i) Custeio Agropecuário, R$ 531,4 milhões (68,0%); ii) Aquisição do Governo Federal, R$ 492,5 milhões (260,1%); e iii) Sustentação de preços, R$ 130, milhões (14,3%).



Até setembro de 2008, os gastos com investimento do governo federal apresentaram incremento de R$ 5,6 bilhões (46,6%), ficando 29,5% acima da variação nominal do PIB estimado para o período.

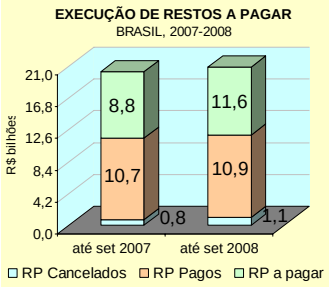
As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R$ 11,4 bilhões no período (16,2%), sendo R$ 5,8 bilhões (46,0%) relativos aos investimentos totais e R$ 5,6 bilhões (9,7%) aos demais gastos correntes. Enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 2,7% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 29,5% acima da variação do PIB. Destaque para as despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO de 2008), que totalizaram R$ 5,1 bilhões em 2008 contra R$ 2,7 bilhões (85,1%) no ano anterior. Os gastos discricionários cresceram R$ 6,0 bilhões (10,2%). Desse total corresponderam às despesas com os Ministérios da Educação, R$ 2,0 bilhão, com o Ministério da Saúde, R$ 1,6 bilhão, e com o Ministério do Desenvolvimento Social, R$ 1,4 bilhão. Por outro lado, registrou-se redução das despesas discricionárias no Ministério da Previdência Social (R$ 134,3 milhões).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
BRASIL, JAN - SET (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Sentenças Judiciais	1.172,4	1.468,7
Legislativo/Judiciário	3.508,6	4.000,5
Crédito Extraordinário [1]	2.876,8	4.899,8
Projeto Piloto de Investimento[2]	2.724,9	5.044,8
Outras[3]	570,1	749,1
Discricionárias	59.197,2	65.243,5
d/q Min. da Saúde	26.781,7	28.381,9
Min. do Des. Social	7.840,6	9.286,6
Min. da Educação	5.144,6	7.130,6
Min. da Defesa	3.796,8	4.131,8
Min. da Ciência e Tec.	1.893,9	2.143,9
Min. do Des. Agrário	1.231,7	1.227,6
Min. da Previdência	1.009,1	874,8
Min. da Justiça	959,4	1.133,7
Min. dos Transportes	892,8	1.063,7
Demais	9.646,5	9.868,9
Total	**70.050,0**	**81.406,4**

[1] Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.
[2] Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3o da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).
[3] Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

O montante pago de restos a pagar (RP) até setembro de 2008 correspondeu a R$ 10,9 bilhões, equivalente a 48,4% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 55,0% no mesmo período do ano anterior. Dos RAP pagos em 2008, R$ 5,5 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 38,1% do total de restos a pagar de investimento do ano, concentrados principalmente, nos Ministérios da Educação (R$ 821,5 milhões), da Saúde (R$ 718,5 milhões), dos Transportes (R$ 606,7 milhões) e da Defesa (R$ 525,2 milhões).



Previdência Social

Em setembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R$ 7,4 bilhões, superior em R$ 3,4 bilhões ao registrado em agosto (elevação de 82,7%). Isso se deve essencialmente ao pagamento antecipado de metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal à maioria dos segurados e dependentes da Previdência Social, nos termos do Dec. nº 6.525, de

31 de julho de 2008. No acumulado do ano, o déficit do RGPS atingiu R$ 31,8 bilhões contra R$ 35,7 bilhões observados no mesmo período de 2007 (decréscimo de 11,0%).

Em setembro, o déficit da Previdência Social foi de R$ 4,1 bilhões. No período de janeiro a setembro de 2008, o déficit atingiu R$ 31,8 bilhões, equivalentes a 1,50% do PIB. O déficit do RGPS foi 11,0% abaixo do verificado nos nove primeiros meses de 2007. Em proporção do PIB, o déficit previdenciário caiu 0,40 ponto percentual.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	AGO	SET	JAN - SET	
	2008	2008	2007	2008
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	**13.193,2**	**13.430,0**	**97.108,1**	**113.356,2**
Arrecadação Bruta	14.597,7	14.883,2	107.521,1	126.333,0
- Contribuição Previdenciária	13.617,5	13.690,1	98.563,6	116.905,9
- Simples	824,9	1.068,0	6.814,5	7.814,6
- CFT	31,2	0,0	524,3	451,8
- Depósitos Judiciais	98,9	99,5	1.198,2	936,1
- Refis	25,2	25,5	212,6	224,6
- Outras Receitas	0,0	0,0	208,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-47,9	-24,3	-375,2	-249,1
(-) Transferências a Terceiros	-1.356,5	-1.428,8	-10.037,8	-12.727,7
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	**17.253,5**	**20.846,5**	**132.848,9**	**145.166,5**
III. RESULTADO PRIMÁRIO	**-4.060,3**	**-7.416,5**	**-35.740,8**	**-31.810,3**
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			**-1,90%**	**-1,50%**

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN - SET (R$ bilhões)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Contribuição	97.108,1	113.356,2	16,7%
Benefícios	132.848,9	145.166,5	9,3%
Res. Primário	**-35.740,8**	**-31.810,3**	**-11,0%**

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R$ 13,4 bilhões em setembro, representando elevação de R$ 236,8 milhões (1,8%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação aos primeiros nove meses de 2007, a arrecadação líquida apresentou aumento de R$ 16,2 bilhões (16,7%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R$ 98,6 bilhões para R$ 116,9 bilhões (elevação de 18,6%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2007 e agosto de 2008 foi 15,1% superior à verificada no período correspondente em 2006/2007.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, MÉDIA JAN-SET

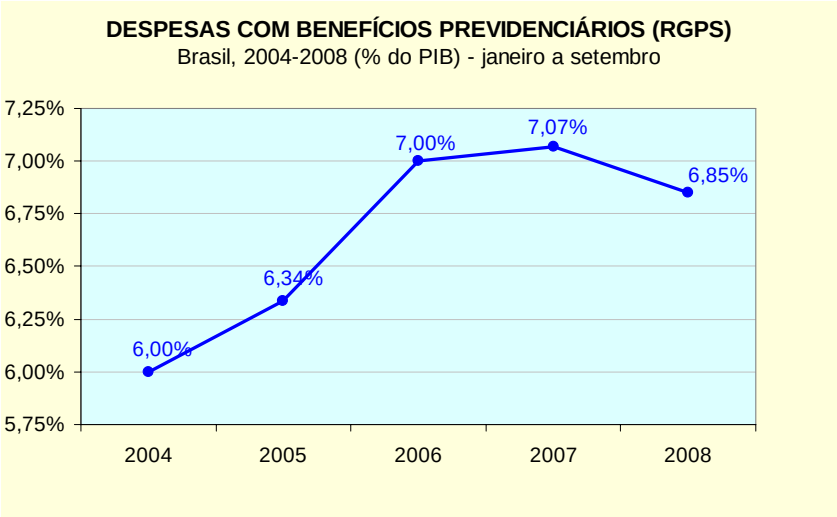
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,8	22,3	2,5%
Valor médio RGPS**	588,2	629,0	6,9%

(*) em milhões
(**) em R$ 1,00

As despesas com benefícios apresentaram, em setembro, aumento de R$ 3,6 bilhões (20,8%) com relação ao mês anterior, decorrente sobretudo do pagamento antecipado de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal, conforme dispõe o Decreto nº 6.525, de 31 de julho de 2008, a metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, bem como à totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo, nos termos do art. 41-A da Lei nº 8.213/1991, com a redação dada pela Lei nº 11.665, de 29 de abril de 2008. A outra metade dos titulares de benefícios de até um salário mínimo já havia recebido no mês

anterior (agosto) essa parcela antecipada do abono anual. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R$ 12,3 bilhões (9,3%), atingindo o montante de R$ 145,2 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R$ 40,81 (6,9%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como conseqüência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 547,1 mil (2,5%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a setembro de cada ano. Observa-se que tais despesas reduziram-se em percentual do PIB de 2007 para 2008: de 7,07% para 6,85%.



Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 7,07% do PIB no acumulado de janeiro a setembro de 2007 para 6,85% do PIB no mesmo período em 2008.

No estoque de benefícios dos primeiros nove meses de 2008, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 528,6 mil aposentadorias (3,9%) e de 179,9 mil pensões por morte (2,9%), bem como a redução de 174,3 mil benefícios de auxílio-doença (11,5%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

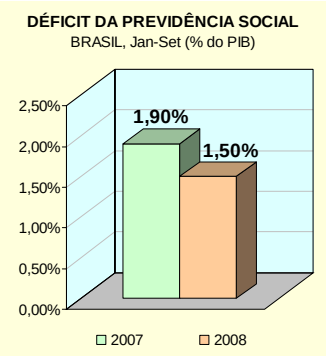
Em mil benefícios

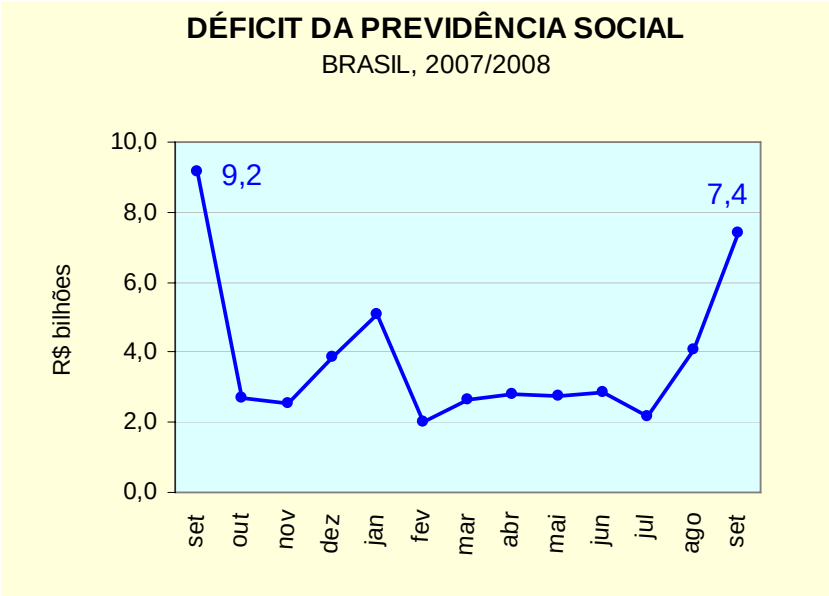
	AGO	SET	JAN-SET	
	2008	2008	2007	2008
Benefícios do RGPS	**22.507**	**22.635**	**21.788**	**22.335**
Previdenciários	**21.719**	**21.842**	**21.040**	**21.556**
Aposentadorias	14.241	14.312	13.579	14.104
Idade	7.372	7.412	7.001	7.298
Invalidez	2.814	2.825	2.736	2.794
Tempo de contribuição	4.055	4.075	3.842	4.013
Pensão por morte	6.197	6.229	5.981	6.161
Auxílio-Doença	1.184	1.199	1.403	1.199
Salário - maternidade	54	57	41	50
Outros	43	44	37	42
Acidentários	**787**	**794**	**748**	**779**
Aposentadorias	152	153	147	151
Pensão por morte	128	128	129	129
Auxílio - doença	154	160	117	147
Auxílio - acidente	272	272	270	271
Auxílio - suplementar	81	80	85	81

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN - SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,17%	5,35%
Benefícios	7,07%	6,85%
Res. Primário	**-1,90%**	**-1,50%**

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,18 ponto percentual em relação ao período de janeiro a setembro do ano passado, enquanto os gastos com benefícios previdenciários reduziram-se de 0,22 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu para 1,50% do PIB, 0,40 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2007 (1,90%).





DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN em setembro totalizou R$ 734,6 bilhões, resultando em um crescimento de R$ 12,7 bilhões em relação ao saldo do mês anterior, conseqüência do crescimento de R$ 14,0 bilhões no estoque da dívida externa líquida, compensado em parte pela diminuição de R$ 1,3 bilhão no estoque da dívida interna líquida. Em relação ao PIB, o aumento da DLTN foi de 0,3 ponto percentual no mesmo período.

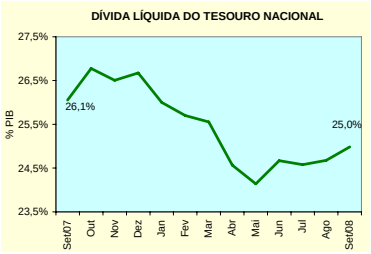
Em setembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 25,0 % do PIB, aumento de 0,3 ponto percentual em relação ao registrado em agosto.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	**561.748**	**625.854**	**624.590**
I.1. Dívida Interna	1.530.079	1.630.174	1.635.168
I.2. Haveres Internos	968.331	1.004.321	1.010.578
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	**114.798**	**96.054**	**110.045**
II.1. Dívida Externa	115.083	96.321	110.364
II.2. Haveres Externos	286	267	320
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	**676.546**	**721.907**	**734.635**
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB[1]	**26,1%**	**24,7%**	**25,0%**

(*) Dados sujeitos a alteração.
\1 PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

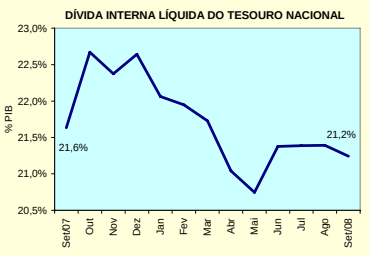


Em comparação ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional tomada em proporção do PIB teve queda de 1,1 ponto percentual, diminuindo de 26,1% em setembro de 2007 para 25,0% em setembro de 2008. Em termos nominais houve crescimento de R$ 58,1 bilhões no mesmo período, conseqüência do aumento de R$ 62,8 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida, contra uma redução de R$ 4,8 bilhões na Dívida Externa Líquida.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de setembro em R$ 624,6 bilhões, o equivalente a 21,2% do PIB. Em comparação ao mês de agosto, houve redução de R$ 1,3 bilhão em termos de valores nominais, e de 0,2 ponto percentual do PIB. A dívida interna aumentou em R$ 5,0 bilhões no mês de setembro, variação esta superada pelo crescimento de R$ 6,3 bilhões dos haveres internos.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi, principal componente das obrigações do Tesouro Nacional, cresceu R$ 5,1 bilhões em relação ao mês de agosto, situando-se 0,1 ponto percentual do PIB abaixo da relação ve-



rificada no mês anterior. Em termos nominais, houve aumento de R$ 1,5 bilhão no estoque em poder do público e R$ 4,0 bilhões no estoque em poder do Banco Central.

Em setembro, a Dívida Interna Líquida tomada em proporção do PIB totalizou 21,2%, ligeiramente inferior ao observado no mês anterior.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA INTERNA	**1.530.079**	**1.630.174**	**1.635.168**
I.1. Dívida Mobiliária	1.507.564	1.607.611	1.612.690
DPMFi em Poder do Público\1	1.200.833	1.223.195	1.224.735
DPMFi em Poder do Banco Central	318.420	402.357	406.315
(-) Aplicações em Títulos Públicos\2	(11.689)	(17.941)	(18.360)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.515	22.564	22.478
II. HAVERES INTERNOS	**968.331**	**1.004.321**	**1.010.578**
II.1. Disponibilidades Internas	272.200	237.701	233.039
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	405.170	444.231	443.604
II.3. Haveres da Administração Indireta	185.896	199.495	201.288
II.4. Haveres Administrados pela STN	105.065	122.893	132.648
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	**561.748**	**625.854**	**624.590**
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB\3	**21,6%**	**21,4%**	**21,2%**

(*) Dados sujeitos a alteração.
\1 Inclui TDA e dívida securitizada.
\2 Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.
\3 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2007/2008

R$ bilhões

Título	2007	2008	
	SET	AGO	SET
Em Poder do Público	1.201	1.223	1.225
LFT	410	451	438
LTN	320	232	239
NTN-B	231	286	290
NTN-C	64	57	58
NTN-F	122	152	158
Demais\1	54	45	43
Aplic. em Tít. Púb.	-12	-18	-18
Na carteira do BCB	318	402	406
Total	**1.508**	**1.608**	**1.613**
% PIB	58,06%	54,95%	54,85%

\1 Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

O crescimento do estoque de títulos em poder do público decorreu da apropriação de juros de R$ 14,4 bilhões, compensada em grande parte pelo resgate líquido de R$ 12,8 bilhões. Foram R$ 16,7 bilhões de emissões, contra R$ 29,5 bilhões de resgate. Em relação à carteira do Banco Central as emissões totalizaram R$ 1,5 bilhão e os resgates somaram R$ 1,8 bilhão, além da apropriação de R$ 4,2 bilhões de juros.

As variações mais expressivas na carteira em poder do público ficaram por conta da redução de R$ 13,6 bilhões no estoque de LFT, em função do resgate líquido de R$ 18,6 bilhões mais a incorporação de R$ 5,0 bilhões de juros; do aumento de R$ 6,6 bilhões no estoque de LTN, decorrente da emissão líquida de R$ 4,2 bilhões e apropriação de R$ 2,5 bilhão de juros; e do incremento de R$ 5,8 bilhões no estoque de NTN-F, resultante da emissão líquida de R$ 4,0 bilhões mais a apropriação de R$ 1,7 bilhões de juros no período.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, SET/2008

R$ bilhões

Título	Saldo Ago/08	Fatores de Variação [1]			Saldo Set/08
		Emissões	Resgates [2]	Juros [3]	
Em poder do público	1.223,2	16,7	-29,5	14,4	1.224,7
LFT	451,3	2,2	-20,8	5,0	437,7
LTN	232,3	7,1	-2,9	2,5	239,0
NTN-B	285,6	3,1	-1,9	2,7	289,5
NTN-C	57,2	0,0	-0,1	0,5	57,6
NTN-F	152,3	4,0	0,0	1,7	158,1
Demais [4]	44,5	0,3	-3,8	1,8	42,9
Na carteira do BCB	402,4	1,5	-1,8	4,2	406,3
Total	**1.625,6**	**18,2**	**-31,3**	**18,6**	**1.631,0**

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
[1] Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.
[2] Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.
[3] Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.
[4] Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A DPMFi em poder do público apresentou resgate líquido de R$ 12,8 bilhões.

Os haveres internos totalizaram R$ 1,0 trilhão, aumento de R$ 6,3 bilhões ou 0,6% em relação ao mês anterior. Aumentaram os haveres administrados pela STN, R$ 9,8 bilhões e os haveres da Administração Indireta, R$ 1,8 bilhão. Houve diminuição das disponibilidades internas, R$ 4,7 bilhões e dos haveres junto aos Governos Regionais, R$ 627,0 milhões.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2007/2008

R$ bilhões

Discriminação	2007	2008	
	SET	AGO	SET
Lei 9.496/97	276,5	315,0	313,7
MP 2.185/01	43,1	49,4	49,1
Lei 8.727/93	45,3	42,3	42,1
Antecipação de Royalties	13,7	13,1	13,0
Bônus Renegociados	8,2	6,6	7,8
Lei 7.976/89	2,2	1,2	1,3
Demais Haveres	16,0	16,7	16,7
Total	**405,2**	**444,2**	**443,6**
% PIB	15,60%	15,18%	15,09%

A expansão de R$ 9,8 bilhões verificada nos haveres administrados pela STN decorreu principalmente, da atualização dos saldos devedores dos contratos indexados ao dólar, e ainda da implementação em setembro do contrato de financiamento do BNDES, no valor de R$ 5,0 bilhões, ao amparo da MP nº 439/2008.

Por sua vez, o aumento dos saldos dos haveres da administração indireta foi reflexo do aumento de R$ 1,3 bilhão nas disponibilidades do FAT e da expansão de R$ 420,0 milhões no patrimônio líquido dos fundos constitucionais regionais.

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
BRASIL, 2007/2008

R$ bilhões

Entidade	2007	2008	
	SET	AGO	SET
FAT	124,2	130,7	132,0
Fundos Regionais	37,2	42,8	43,2
Demais	24,5	26,0	26,0
Total	**185,9**	**199,5**	**201,3**

Em compensação, houve redução dos haveres no âmbito da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, em função do efeito negativo da atualização monetária e das amortizações ocorridas no período, compensada em parte pela incidência dos juros contratuais.

Dívida Externa Líquida

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em setembro aumentou R$ 14,0 bilhões, ou 14,6% em relação ao mês anterior, totalizando no mês R$ 110,0 bilhões, contra R$ 96,1 bilhões em agosto. Em proporção do PIB, o

aumento foi de 0,4 ponto percentual, crescendo de 3,3% no mês anterior para 3,7% em setembro.

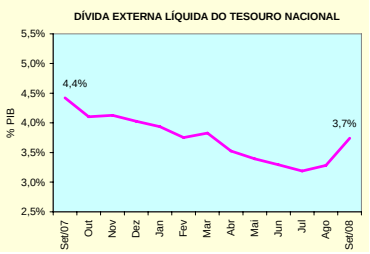
A Dívida Externa Líquida em setembro totalizou R$ 110,0 bilhões, equivalente a 3,7% do PIB. Esse saldo é superior ao do mês anterior em R$ 14,0 bilhões, explicado pela depreciação cambial no mês.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA EXTERNA	**115.083**	**96.321**	**110.364**
I.1. Dívida Mobiliária	89.729	74.023	84.597
Euro	13.216	9.812	10.869
Global US$	65.703	53.556	62.963
Global BRL	10.466	10.367	10.466
Demais	344	287	298
I.2. Dívida Contratual	25.354	22.298	25.768
Organismos Internacionais	20.949	18.720	21.566
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.406	3.578	4.202
II. HAVERES EXTERNOS	**286**	**267**	**320**
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	286	267	320
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	**114.798**	**96.054**	**110.045**
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB\1	**4,4%**	**3,3%**	**3,7%**

(*) Dados sujeitos a alteração.
\1 PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



Esse aumento é explicado basicamente pela depreciação cambial no período, que contribuiu para o aumento da dívida expressa em moeda nacional. Por seu turno, os resgates superaram as emissões e os juros nominais apropriados por competência em R$ 438,0 milhões. Do montante total da dívida externa, a dívida mobiliária totaliza R$ 84,6 bilhões e a dívida contratual R$ 25,8 bilhões, representando 76,7% e 23,3%, respectivamente.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, SET/2008

R$ milhões

Discriminação	Saldo Ago/08	*Fatores de Variação \1*				Saldo Set/08
		Emissões	*Resgates \2*	*Juros \3*	*Variação Cambial*	
Dívida Mobiliária	**74.023**	**-**	***(781)***	***581***	***10.774***	**84.597**
Global US$	53.556	-	*(516)*	*427*	*9.496*	62.963
Euro	9.812	-	*(228)*	*55*	*1.231*	10.869
Global BRL	10.367	-	-	*99*	-	10.466
Demais	287	-	*(37)*	*1*	*47*	298
Dívida Contratual	**22.298**	***43***	***(387)***	***107***	***3.707***	**25.768**
Org. Internacionais	18.720	*21*	*(312)*	*89*	*3.048*	21.566
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.578	*22*	*(75)*	*18*	*659*	4.202
Total	**96.321**	***43***	***(1.168)***	***688***	***14.481***	**110.364**

\1 Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.
\2 Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.
\3 Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional reduziu R$ 4,7 bilhões, o equivalente a 0,7 ponto percentual do PIB, passando de R$ 114,8 bilhões em setembro de 2007 para R$ 110,0 bilhões em setembro de 2008. Essa redução é explicada tanto pela apreciação cambial quanto pelos resgates líquidos ocorridos no período.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Setembro 2008/2007

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TESOURO NACIONAL

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL *

R$ milhões

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
I. RECEITA TOTAL	**49.294,9**	**54.692,0**	**52.552,1**	**67.121,6**	**64.569,0**	**50.116,0**	**55.681,6**	**63.541,3**	**54.830,0**	**56.207,5**	**62.844,3**	**58.451,1**	**60.006,9**
I.1. Receitas do Tesouro	**37.834,8**	**42.886,6**	**40.627,7**	**47.081,3**	**53.226,3**	**38.065,6**	**43.408,4**	**50.766,4**	**42.038,1**	**43.132,7**	**49.488,4**	**45.128,5**	**46.373,6**
I.1.1. Receita Bruta	39.374,0	44.584,6	42.689,0	48.837,2	53.477,3	38.286,4	43.743,1	51.098,9	42.367,2	45.114,3	51.018,6	46.932,0	47.818,2
- Impostos	16.364,9	19.436,0	18.950,0	24.016,6	25.502,7	18.445,6	21.254,7	24.140,0	19.388,9	22.117,7	24.081,5	20.755,1	21.690,6
- Contribuições	18.512,3	19.522,3	19.796,9	20.239,2	20.957,3	15.903,6	15.877,9	18.456,8	16.237,5	18.547,3	19.007,8	17.630,0	18.237,2
- Demais[1]	4.496,7	5.626,4	3.942,1	4.581,4	7.017,3	3.937,3	6.610,5	8.502,1	6.740,8	4.449,3	7.929,2	8.546,9	7.890,4
I.1.2. (-) Restituições	-1.529,2	-1.698,0	-2.061,3	-1.756,0	-251,0	-220,8	-334,7	-332,4	-329,1	-1.981,6	-1.530,2	-1.803,5	-1.444,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	**11.392,6**	**11.711,9**	**11.763,4**	**19.828,3**	**11.206,9**	**11.927,5**	**12.134,0**	**12.641,6**	**12.650,0**	**12.942,8**	**13.230,2**	**13.193,2**	**13.430,0**
I.3. Receitas do Banco Central	**67,5**	**93,5**	**161,0**	**212,0**	**135,8**	**122,9**	**139,2**	**133,3**	**141,9**	**132,0**	**125,7**	**129,4**	**203,3**
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**7.896,9**	**8.123,3**	**9.551,4**	**11.465,8**	**10.217,4**	**11.350,3**	**9.891,9**	**10.442,0**	**11.894,4**	**9.442,9**	**9.265,8**	**12.080,6**	**9.530,0**
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	6.401,7	6.066,9	7.055,4	9.915,9	8.482,3	9.317,6	7.398,4	8.559,2	8.993,9	7.782,7	7.109,9	8.617,3	7.625,4
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	270,8	269,5	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	470,8	0,0	0,0	471,6	0,0	0,0	460,4	0,0	0,0	370,7	0,0	0,0
II.4. Demais	1.224,3	1.316,1	2.227,2	1.291,7	1.248,3	2.032,7	2.005,1	1.259,9	2.738,0	1.497,7	1.622,7	3.300,8	1.742,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	**41.398,0**	**46.568,7**	**43.000,7**	**55.655,8**	**54.351,6**	**38.765,7**	**45.789,7**	**53.099,3**	**42.935,7**	**46.764,6**	**53.578,5**	**46.370,5**	**50.476,9**
IV. DESPESA TOTAL	**41.359,3**	**36.690,7**	**38.496,6**	**63.708,2**	**38.991,1**	**33.550,4**	**35.184,5**	**36.380,6**	**37.387,5**	**38.847,0**	**46.380,9**	**40.112,9**	**44.469,3**
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais[1]	**8.962,2**	**9.015,0**	**10.024,7**	**13.240,5**	**12.570,9**	**9.506,4**	**9.031,8**	**9.074,9**	**9.387,7**	**10.029,8**	**13.016,3**	**9.524,0**	**9.949,1**
IV.2. Benefícios Previdenciários	**20.550,4**	**14.406,3**	**14.324,1**	**23.714,2**	**16.295,8**	**13.954,8**	**14.769,9**	**15.428,8**	**15.403,5**	**15.806,1**	**15.407,5**	**17.253,5**	**20.846,5**
IV.3. Custeio e Capital	**11.678,2**	**13.071,8**	**13.899,0**	**26.396,6**	**9.902,3**	**9.903,5**	**11.129,8**	**11.630,6**	**12.372,0**	**12.786,4**	**17.710,1**	**13.098,4**	**13.255,8**
IV.3.1. Despesa do FAT	1.626,2	1.957,1	1.739,9	1.648,8	1.107,5	1.373,8	1.197,0	1.174,0	1.450,2	1.231,5	3.342,4	2.651,4	1.911,4
- Abono e Seguro Desemprego	1.555,2	1.917,6	1.710,5	1.460,5	1.040,9	1.354,2	1.167,9	1.147,1	1.416,6	1.197,0	3.286,2	2.610,2	1.866,8
- Demais Despesas do FAT	71,0	39,5	29,4	188,3	66,5	19,6	29,1	26,9	33,5	34,5	56,2	41,2	44,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas[3]	522,5	1.200,6	2.017,4	2.055,1	438,0	175,3	484,9	557,5	328,8	524,4	1.303,1	-1.294,4	535,5
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	339,1	922,0	1.934,4	1.880,0	233,3	117,7	256,0	318,2	116,6	260,6	1.129,7	-1.637,6	243,3
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	183,3	278,6	83,0	175,2	204,7	57,5	228,9	239,3	212,2	263,8	173,5	343,2	292,2
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)[4]	1.169,7	1.182,2	1.184,3	1.824,4	1.194,3	1.201,0	1.267,6	1.331,1	1.334,0	1.498,9	1.344,7	1.351,8	1.366,8
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.359,8	8.732,0	8.957,4	20.868,2	7.162,5	7.153,4	8.180,3	8.568,0	9.259,0	9.531,6	11.719,9	10.389,6	9.442,0
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	**11,1**	**38,6**	**64,6**	**130,2**	**23,5**	**68,2**	**81,9**	**74,0**	**63,3**	**72,3**	**68,1**	**68,2**	**74,6**
IV.5. Despesas do Banco Central	**157,4**	**159,1**	**184,2**	**226,7**	**198,6**	**117,5**	**171,1**	**172,3**	**161,0**	**152,4**	**178,9**	**168,8**	**343,2**
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	**38,7**	**9.878,0**	**4.504,1**	**-8.052,4**	**15.360,4**	**5.215,3**	**10.605,3**	**16.718,7**	**5.548,1**	**7.917,6**	**7.197,6**	**6.257,5**	**6.007,6**
V.1. Tesouro Nacional	9.286,4	12.637,9	7.088,0	-4.151,9	20.512,1	7.237,2	13.273,0	19.544,9	8.320,7	10.801,3	9.428,1	10.357,2	13.564,0
V.2. Previdência Social (RGPS)[5]	-9.157,7	-2.694,4	-2.560,6	-3.885,9	-5.088,9	-2.027,3	-2.635,9	-2.787,2	-2.753,5	-2.863,3	-2.177,3	-4.060,3	-7.416,5
V.3. Banco Central[6]	-89,9	-65,6	-23,2	-14,6	-62,7	5,4	-31,8	-39,0	-19,1	-20,4	-53,2	-39,4	-139,9
VI. AJUSTE METODOLÓGICO[7]	**101,0**	**23,8**	**0,0**	**0,0**	**148,4**	**143,2**	**146,3**	**141,1**	**138,5**	**134,4**	**131,3**	**70,5**	**100,5**
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**672,1**	**115,9**	**279,5**	**-635,7**	**1.196,5**	**-1.270,3**	**287,8**	**0,8**	**-770,2**	**-984,9**	**445,2**	**924,9**	**nd**
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL[8]	**811,8**	**10.017,7**	**4.783,6**	**-8.688,1**	**16.705,3**	**4.088,2**	**11.039,3**	**16.860,6**	**4.916,4**	**7.067,1**	**7.774,1**	**7.253,0**	**nd**
IX. JUROS NOMINAIS[8]	**-9.622,4**	**-10.899,3**	**-7.240,3**	**-7.169,0**	**-6.469,2**	**-10.407,0**	**-7.795,2**	**-10.473,1**	**-10.396,8**	**-8.214,8**	**-9.882,8**	**-5.727,4**	**nd**
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL[8]	**-8.810,7**	**-881,6**	**-2.456,7**	**-15.857,1**	**10.236,2**	**-6.318,8**	**3.244,1**	**6.387,5**	**-5.480,3**	**-1.147,7**	**-2.108,7**	**1.525,6**	**nd**
Memo:													
Parcela patronal da CPSS[1]	634,8	635,9	961,0	1.043,2	597,6	766,9	639,1	594,1	685,6	672,8	760,5	691,4	653,3
RMV[4]	157,5	156,0	154,6	234,5	151,5	151,9	156,3	161,1	161,7	177,4	105,2	155,1	153,7

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

[1] Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

[2] Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

[3] Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

[4] Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

[5] Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

[6] Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

[7] Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

[8] Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TESOURO NACIONAL

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R$ milhões

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	**52.979,0**	**53.302,0**	**58.932,5**	**80.050,6**	**46.651,1**	**59.324,0**	**54.872,4**	**58.862,3**	**60.782,1**	**57.723,1**	**59.325,6**	**65.917,3**	**59.770,2**
I.1 - Recolhimento Bruto	36.900,6	37.968,9	44.190,3	56.125,1	31.009,2	44.947,2	38.230,3	42.574,1	44.534,4	41.049,4	42.385,8	49.466,0	42.291,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.186,2	1.601,6	1.532,3	1.334,2	1.773,4	1.541,3	1.607,5	1.593,3	1.588,4	1.659,5	1.577,0	1.216,3	1.963,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	129,5	345,5	331,8	304,2	313,0	87,6	187,4	142,2	141,9	127,4	134,7	248,4	180,3
I.5 - Receita do Salário Educação	673,8	688,2	686,3	712,1	1.256,7	720,9	727,7	746,9	735,8	755,4	794,3	777,3	816,8
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.095,6	12.686,9	12.188,3	21.571,5	12.298,8	12.027,0	14.119,6	13.805,8	13.781,5	14.131,4	14.433,8	14.209,3	14.518,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,4	10,9	3,6	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	**59.494,5**	**48.887,3**	**60.631,1**	**59.019,1**	**67.755,6**	**47.453,0**	**51.392,8**	**53.215,0**	**56.295,1**	**60.648,5**	**64.349,4**	**49.062,2**	**54.802,7**
II.1 - Liberações Vinculadas	**9.820,6**	**9.804,5**	**11.408,9**	**11.978,1**	**13.810,2**	**13.733,2**	**10.994,6**	**12.436,4**	**13.907,4**	**11.332,5**	**11.274,5**	**14.217,2**	**11.648,5**
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.816,5	6.459,5	7.515,7	10.538,9	9.042,7	9.933,5	7.883,5	9.121,5	9.585,5	8.292,8	7.572,0	9.181,7	8.122,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	540,4	1.099,0	1.527,2	556,4	1.056,5	1.717,3	634,9	1.038,7	1.894,5	661,4	1.129,6	2.434,1	848,1
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	270,8	269,8	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.192,9	1.976,2	2.097,2	624,7	3.695,8	2.082,5	1.987,8	2.113,7	2.265,0	2.215,8	2.410,4	2.438,9	2.515,5
II.2 - Liberações Ordinárias	**49.673,9**	**39.082,8**	**49.222,3**	**47.041,0**	**53.945,4**	**33.719,8**	**40.398,2**	**40.778,7**	**42.387,7**	**49.316,1**	**53.074,9**	**34.845,0**	**43.154,2**
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.738,0	9.539,9	13.737,7	12.423,1	12.653,7	10.463,6	9.736,7	10.098,3	10.844,9	13.572,2	10.927,5	10.537,4	11.034,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	267,2	588,2	606,1	130,5	887,0	610,5	660,0	1.615,2	1.624,5	636,3	3.254,8	1.434,0	45,0
i) Dívida Contratual Interna	116,2	429,9	288,2	110,9	73,3	103,2	103,9	112,7	96,0	104,0	96,3	101,0	102,5
ii) Dívida Contratual Externa	151,0	158,2	317,9	19,6	813,6	507,2	556,2	1.502,6	1.528,5	532,3	3.158,5	1.333,1	-57,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	9.732,0	5.015,7	6.323,0	-1.346,4	15.488,5	2.940,1	6.387,5	4.519,6	6.501,4	6.852,7	11.019,1	2.761,5	4.387,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	20.172,9	14.092,7	16.919,7	17.734,4	17.145,3	13.518,2	15.408,3	15.433,0	14.903,9	18.397,7	18.233,1	12.160,9	18.904,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	9.530,9	9.515,3	11.220,2	17.525,1	7.281,6	6.007,1	7.869,9	8.693,2	8.249,7	9.683,5	9.333,4	7.796,6	8.595,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	232,9	331,1	415,6	574,1	489,3	180,3	335,8	419,3	263,4	173,6	307,1	154,5	188,2
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	**-6.515,5**	**4.414,7**	**-1.698,7**	**21.031,5**	**-21.104,5**	**11.871,0**	**3.479,6**	**5.647,3**	**4.487,0**	**-2.925,4**	**-5.023,9**	**16.855,2**	**4.967,5**
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	**34.026,6**	**66.595,0**	**21.385,5**	**16.462,8**	**24.067,3**	**34.613,8**	**21.769,9**	**23.645,7**	**18.621,8**	**38.064,0**	**21.375,8**	**19.965,2**	**8.888,4**
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	33.394,2	65.454,7	20.785,2	15.540,3	23.334,0	33.100,6	20.876,5	22.076,2	17.342,4	36.991,6	20.699,5	19.202,7	7.777,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	632,5	1.140,4	600,3	922,4	733,3	1.513,2	893,4	1.569,6	1.279,4	1.072,4	676,3	762,5	1.110,5
V. DESPESAS	**23.829,6**	**41.292,2**	**7.071,0**	**19.498,1**	**44.541,4**	**1.345,8**	**22.404,9**	**59.805,9**	**2.041,4**	**20.603,6**	**65.622,6**	**3.966,6**	**18.324,7**
V.1 - Amortização da Dívida Interna	23.504,8	40.341,6	5.985,0	19.397,8	43.079,9	529,2	21.006,6	59.800,3	1.367,6	20.347,7	64.595,9	3.220,7	18.190,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	23.363,0	40.047,5	5.766,0	19.251,4	42.981,5	384,9	20.868,5	59.653,4	1.220,6	20.195,3	64.450,9	3.068,5	18.038,1
V.1.2 - Dívida Contratual	141,7	294,1	219,0	146,3	98,5	144,3	138,1	146,8	147,0	152,4	145,0	152,1	152,5
V.2 - Amortização da Dívida Externa	324,8	950,6	1.085,9	100,3	1.461,5	816,5	1.398,3	5,6	673,8	255,8	1.026,7	745,9	134,2
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	**10.031,1**	**25.407,2**	**15.019,2**	**-3.711,1**	**-19.647,4**	**32.715,7**	**8,0**	**-37.577,3**	**16.121,8**	**16.796,2**	**-43.751,3**	**16.134,2**	**-10.260,2**
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	**2.438,7**	**276,9**	**683,1**	**4.854,6**	**-6.196,2**	**3.909,1**	**6.232,6**	**-1.980,3**	**3.753,4**	**26.244,5**	**-26.698,7**	**2.822,9**	**5.596,3**
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	**6.120,3**	**29.994,5**	**13.299,0**	**22.850,8**	**-47.774,8**	**49.048,2**	**9.077,3**	**-32.493,2**	**24.820,8**	**40.779,6**	**-75.969,3**	**35.676,7**	**1.127,5**

* Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TESOURO NACIONAL

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R$ milhões

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**2.438,7**	**15.476,9**	**2.483,1**	**10.154,6**	**31.528,5**	**4.709,1**	**6.232,6**	**14.519,7**	**5.753,4**	**26.244,5**	**2.301,3**	**4.022,9**	**5.596,3**
I.1. Emissão de Títulos	0,0	13.292,7	0,0	8.119,4	29.273,9	2.259,5	3.395,3	12.277,8	3.265,8	23.126,4	0,0	1.496,8	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.268,5	2.029,7	2.344,6	1.940,9	2.117,7	2.309,2	2.696,1	2.118,0	2.360,7	2.979,1	2.191,3	2.312,3	2.163,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	170,3	154,5	138,5	94,4	136,8	140,5	141,3	123,9	126,8	139,1	110,1	213,8	183,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.249,1
II. DESPESAS NO BACEN	**0,0**	**15.200,0**	**1.800,0**	**5.300,0**	**37.724,6**	**800,0**	**0,0**	**16.500,0**	**2.000,0**	**0,0**	**29.000,0**	**1.200,0**	**0,0**
II.1. Resgate de Títulos	0,0	13.500,0	0,0	4.853,5	29.500,0	0,0	0,0	15.000,0	0,0	0,0	23.500,0	693,5	0,0
II.2. Encargos da DPMF	0,0	1.700,0	1.800,0	446,5	8.224,6	800,0	0,0	1.500,0	2.000,0	0,0	5.500,0	506,5	0,0
III. RESULTADO (I - II)	**2.438,7**	**276,9**	**683,1**	**4.854,6**	**-6.196,2**	**3.909,1**	**6.232,6**	**-1.980,3**	**3.753,4**	**26.244,5**	**-26.698,7**	**2.822,9**	**5.596,3**

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TESOURO NACIONAL

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R$ milhões

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	**82,2**	**67,5**	**58,9**	**49,4**	**47,0**	**44,6**	**38,5**	**39,9**	**1,6**	**1,0**	**46,0**	**1,0**	**29,9**
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	**0,1**	**0,1**	**0,2**	**1,5**	**19,5**	**0,4**	**0,9**	**2,7**	**0,9**	**0,5**	**2,8**	**0,3**	**0,0**
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	**88,6**	**5,1**	**-4,1**	**-15,7**	**54,8**	**39,3**	**125,2**	**196,6**	**61,5**	**-36,9**	**59,0**	**-5,8**	**-16,1**
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	22,5	1,9	1,2	1,1	1,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	40,6	-60,9	-136,8	-116,0	-66,4	-31,9	-1,1	-1,3	-78,5	-56,9	-0,1	-30,8	-36,2
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	48,0	66,0	110,2	98,5	120,0	70,0	125,0	197,5	140,0	20,0	59,0	25,0	20,0
IV. PRONAF	**42,3**	**73,6**	**110,0**	**74,8**	**224,2**	**34,0**	**61,2**	**47,9**	**20,4**	**49,1**	**85,6**	**-2,1**	**18,8**
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	34,9	36,9	47,1	58,6	216,4	41,4	39,9	51,0	14,8	7,6	74,0	12,7	13,2
IV.2. Concessão de Financiamento[1]	7,4	36,7	63,0	16,2	7,9	-7,4	21,3	-3,2	5,6	41,5	11,5	-14,8	5,6
V. PROEX	**22,2**	**-71,8**	**35,0**	**102,6**	**-132,9**	**-10,5**	**55,4**	**42,7**	**66,3**	**-12,9**	**51,5**	**-27,9**	**44,6**
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	18,7	22,4	28,1	74,4	0,0	11,3	82,2	37,3	14,6	0,9	34,9	26,6	25,9
V.2. Concessão de Financiamento[1]	3,5	-94,2	6,9	28,2	-132,9	-21,8	-26,8	5,4	51,7	-13,8	16,6	-54,6	18,7
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)[2]	**17,8**	**82,4**	**48,6**	**177,6**	**14,0**	**54,4**	**4,5**	**15,3**	**7,5**	**91,1**	**57,5**	**8,6**	**2,1**
VII. CACAU	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**135,4**	**146,6**	**0,0**	**0,0**
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	**0,0**	**454,4**	**983,9**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA[1]	**118,9**	**208,7**	**250,4**	**595,3**	**52,6**	**25,6**	**23,7**	**22,0**	**27,2**	**80,0**	**93,8**	**58,7**	**122,2**
XI. FUNCAFÉ	**0,0**	**0,1**	**0,5**	**1,9**	**4,1**	**0,0**	**1,7**	**0,8**	**1,0**	**7,5**	**0,6**	**0,3**	**1,6**
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)[1]	**-83,8**	**-49,8**	**303,6**	**743,6**	**-50,2**	**-70,0**	**-55,1**	**-49,6**	**-69,7**	**-54,2**	**586,5**	**-1.670,8**	**-9,7**
XIII. TOTAL	**288,3**	**770,4**	**1.787,1**	**1.731,2**	**233,3**	**117,7**	**256,0**	**318,2**	**116,6**	**260,6**	**1.129,7**	**-1.637,6**	**193,3**

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

[1] Concessão de empréstimos menos retornos.

[2] Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TESOURO NACIONAL

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	**561.748,3**	**595.507,0**	**595.868,4**	**610.408,2**	**600.252,2**	**602.298,4**	**601.469,9**	**592.388,5**	**594.780,9**	**622.143,9**	**625.730,9**	**625.853,6**	**624.590,0**
I.1. DÍVIDA INTERNA	**1.530.079,5**	**1.563.586,6**	**1.586.366,3**	**1.598.019,0**	**1.566.391,4**	**1.605.710,6**	**1.619.379,0**	**1.586.687,6**	**1.612.341,6**	**1.675.479,3**	**1.607.106,6**	**1.630.174,4**	**1.635.168,2**
DPMFi em Poder do Público[\1]	1.200.832,6	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1
DPMFi em Poder do Banco Central	318.420,2	353.363,7	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-11.688,6	-11.315,1	-11.231,5	-9.975,3	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0
Demais Obrigações Internas	22.515,2	22.507,6	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4
I.2. HAVERES INTERNOS	**968.331,2**	**968.079,6**	**990.497,9**	**987.610,8**	**966.139,2**	**1.003.412,3**	**1.017.909,1**	**994.299,1**	**1.017.560,6**	**1.053.335,5**	**981.375,7**	**1.004.320,8**	**1.010.578,2**
Disponibilidades Internas	272.199,6	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	233.038,8
Haveres junto aos Governos Regionais	405.170,0	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9
Haveres da Administração Indireta	185.896,5	186.577,6	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.288,0
Haveres Administrados pela STN	105.065,1	104.273,3	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	**114.797,9**	**107.803,5**	**109.927,2**	**108.604,2**	**107.101,5**	**102.933,6**	**105.949,9**	**99.312,1**	**97.301,5**	**95.817,2**	**93.260,1**	**96.053,5**	**110.044,8**
II.1. DÍVIDA EXTERNA	**115.083,4**	**108.111,8**	**110.227,6**	**108.884,1**	**107.379,9**	**103.212,6**	**106.245,4**	**99.609,6**	**97.575,7**	**96.112,1**	**93.514,9**	**96.320,8**	**110.364,4**
Dívida Mobiliária	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8
Dívida Contratual	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5
II.2. HAVERES EXTERNOS	**285,5**	**308,3**	**300,5**	**279,9**	**278,4**	**278,9**	**295,5**	**297,5**	**274,1**	**295,0**	**254,8**	**267,2**	**319,5**
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	**676.546,2**	**703.310,5**	**705.795,5**	**719.012,4**	**707.353,7**	**705.232,0**	**707.419,8**	**691.700,6**	**692.082,5**	**717.961,0**	**718.991,0**	**721.907,1**	**734.634,8**
DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB[\2]	**26,1%**	**26,8%**	**26,5%**	**26,7%**	**26,0%**	**25,7%**	**25,6%**	**24,6%**	**24,1%**	**24,7%**	**24,6%**	**24,7%**	**25,0%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
\1 Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.
\2 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TESOURO NACIONAL

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
I. DÍVIDA INTERNA	**1.530.079,5**	**1.563.586,6**	**1.586.366,3**	**1.598.019,0**	**1.566.391,4**	**1.605.710,6**	**1.619.379,0**	**1.586.687,6**	**1.612.341,6**	**1.675.479,3**	**1.607.106,6**	**1.630.174,4**	**1.635.168,2**
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO\1	**1.200.832,6**	**1.199.030,5**	**1.219.726,4**	**1.224.870,6**	**1.203.961,7**	**1.242.164,0**	**1.250.026,9**	**1.218.713,8**	**1.239.608,0**	**1.247.289,8**	**1.204.404,8**	**1.223.194,9**	**1.224.735,1**
LFT	409.582,1	424.714,9	424.505,7	409.024,1	418.671,3	427.528,3	416.874,2	430.655,2	439.055,9	429.755,1	443.454,3	451.294,9	437.680,8
LTN	320.363,2	295.259,6	312.489,3	325.148,8	294.357,5	311.502,5	318.195,8	275.462,0	282.701,9	287.882,0	226.629,7	232.314,2	238.952,8
NTN-B	230.510,5	235.642,0	238.016,6	242.267,6	249.567,5	255.441,5	262.812,9	268.895,5	269.988,9	276.941,7	283.994,5	285.561,7	289.519,7
NTN-C	63.918,3	63.956,9	64.612,9	66.224,8	65.180,8	65.992,7	66.713,2	54.820,0	56.087,9	57.654,0	57.396,2	57.181,0	57.578,7
NTN-F	122.055,8	126.580,4	127.951,0	131.823,9	126.014,5	131.810,6	135.086,9	138.853,2	142.544,8	145.770,1	145.323,2	152.325,3	158.098,4
Dívida Securitizada	21.280,7	21.035,2	20.120,9	20.776,5	20.741,7	20.913,3	21.054,3	21.108,6	20.511,7	20.610,2	19.793,0	16.295,2	13.236,6
Demais Títulos em Poder do Público	33.122,0	31.841,4	32.029,9	29.604,8	29.428,3	28.975,1	29.289,4	28.919,3	28.716,9	28.676,7	27.813,9	28.222,6	29.668,1
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	**318.420,2**	**353.363,7**	**355.345,6**	**360.632,7**	**354.250,6**	**356.221,5**	**362.998,9**	**362.253,0**	**367.344,7**	**423.664,7**	**398.581,9**	**402.357,0**	**406.314,7**
LFT	76.549,3	77.265,1	77.922,0	78.918,4	91.407,5	92.145,6	96.333,7	100.641,9	102.912,6	121.691,7	122.995,2	125.749,3	127.136,1
LTN	143.810,3	150.634,8	152.219,4	158.370,1	139.526,7	140.734,9	142.040,4	135.666,5	138.801,0	150.946,6	125.443,1	126.635,6	127.866,9
Demais Títulos na Carteira do BCB	98.060,6	125.463,7	125.204,2	123.344,2	123.316,4	123.340,9	124.624,8	125.944,6	125.631,1	151.026,4	150.143,6	149.972,1	151.311,7
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	**-11.688,6**	**-11.315,1**	**-11.231,5**	**-9.975,3**	**-14.348,5**	**-15.196,8**	**-16.107,6**	**-16.690,2**	**-16.988,4**	**-17.892,0**	**-18.373,8**	**-17.941,2**	**-18.360,0**
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	**22.515,2**	**22.507,6**	**22.525,8**	**22.491,1**	**22.527,6**	**22.522,0**	**22.460,8**	**22.410,9**	**22.377,3**	**22.416,8**	**22.493,7**	**22.563,6**	**22.478,4**
II. DÍVIDA EXTERNA	**115.083,4**	**108.111,8**	**110.227,6**	**108.884,1**	**107.379,9**	**103.212,6**	**106.245,4**	**99.609,6**	**97.575,7**	**96.112,1**	**93.514,9**	**96.320,8**	**110.364,4**
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	**89.728,9**	**84.156,7**	**85.614,8**	**84.568,0**	**83.086,7**	**79.934,4**	**81.770,8**	**76.485,0**	**75.136,7**	**74.144,6**	**71.923,9**	**74.022,9**	**84.596,8**
Euro	13.216,4	11.108,4	11.630,9	11.661,2	11.524,9	11.079,4	12.050,1	10.578,6	10.251,9	10.103,7	9.925,1	9.812,4	10.869,3
Global US$	65.702,8	62.155,6	62.983,2	61.807,7	60.958,2	58.165,5	58.955,0	55.050,8	53.938,7	53.000,9	51.456,9	53.556,5	62.963,4
Global BRL	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0
Demais Títulos Externos	343,7	327,7	336,8	336,1	335,7	322,5	299,8	290,6	282,1	276,9	273,9	287,1	298,1
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	**25.354,5**	**23.955,1**	**24.612,8**	**24.316,1**	**24.293,2**	**23.278,2**	**24.474,6**	**23.124,6**	**22.439,0**	**21.967,6**	**21.591,1**	**22.297,9**	**25.767,5**
Organismos Multilaterais	20.948,8	19.977,3	20.485,7	20.284,3	20.209,1	19.363,4	20.362,2	19.419,2	18.956,1	18.461,6	18.141,4	18.719,6	21.565,9
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.405,7	3.977,9	4.127,2	4.031,8	4.084,1	3.914,8	4.112,4	3.705,4	3.482,9	3.505,9	3.449,7	3.578,3	4.201,6
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	**1.645.162,9**	**1.671.698,4**	**1.696.593,9**	**1.706.903,1**	**1.673.771,3**	**1.708.923,2**	**1.725.624,3**	**1.686.297,2**	**1.709.917,2**	**1.771.591,5**	**1.700.621,5**	**1.726.495,1**	**1.745.532,5**
DIVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB\2	**63,4%**	**63,6%**	**63,7%**	**63,3%**	**61,5%**	**62,3%**	**62,3%**	**59,9%**	**59,6%**	**60,9%**	**58,1%**	**59,0%**	**59,4%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
\1 Inclui TDA e dívida securitizada.
\2 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TESOURO NACIONAL

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
I. HAVERES INTERNOS	**968.331,2**	**968.079,6**	**990.497,9**	**987.610,8**	**966.139,2**	**1.003.412,3**	**1.017.909,1**	**994.299,1**	**1.017.560,6**	**1.053.335,5**	**981.375,7**	**1.004.320,8**	**1.010.578,2**
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	**272.199,6**	**269.843,5**	**287.109,5**	**275.867,5**	**247.911,6**	**282.699,8**	**283.662,8**	**257.216,2**	**276.783,1**	**301.565,4**	**222.228,1**	**237.701,5**	**233.038,8**
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	**405.170,0**	**407.385,2**	**410.182,2**	**412.322,2**	**417.171,8**	**419.402,6**	**420.799,4**	**422.598,0**	**425.835,1**	**432.146,2**	**439.178,9**	**444.230,9**	**443.603,9**
Bônus Renegociados	8.224,3	7.476,0	7.581,4	7.599,8	7.544,3	7.162,2	7.403,7	6.935,1	6.671,3	6.487,0	6.351,6	6.618,2	7.757,4
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.166,2	3.144,7	3.121,0	3.096,9	3.073,9	3.047,9	3.023,2	2.999,4	2.975,0	2.951,5	2.930,9	2.908,9	2.887,5
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	9.963,1	10.059,3	10.114,2	10.199,5	10.328,1	10.408,7	10.426,5	10.477,4	10.572,3	10.748,1	10.927,7	11.026,2	11.002,2
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	2.237,8	2.116,0	2.074,3	1.805,9	1.777,1	1.693,3	1.703,3	1.650,9	1.573,5	1.257,6	1.226,0	1.239,0	1.343,8
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	45.330,4	45.196,1	45.081,8	43.434,2	43.304,3	43.162,4	42.922,1	42.702,2	42.587,5	42.464,0	42.372,9	42.276,3	42.050,3
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	276.486,2	279.507,4	281.881,0	285.245,0	289.387,9	292.405,9	293.670,9	295.867,2	299.413,5	305.084,1	311.026,1	314.951,9	313.672,6
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	43.149,3	43.204,6	43.600,1	44.119,5	44.872,4	45.417,4	45.665,6	46.055,0	46.633,4	47.570,7	48.587,9	49.380,0	49.143,2
Antecipação de Royalties	13.692,9	13.797,1	13.840,0	13.953,6	14.013,6	13.283,3	13.172,5	13.124,1	12.645,7	12.833,4	13.015,1	13.077,3	12.955,3
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.919,9	2.884,0	2.888,4	2.867,8	2.870,2	2.821,5	2.811,6	2.786,7	2.763,0	2.749,8	2.740,5	2.753,1	2.791,5
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**185.896,5**	**186.577,6**	**188.177,9**	**191.884,5**	**193.138,5**	**193.691,4**	**195.088,2**	**196.407,1**	**196.960,4**	**198.780,3**	**198.694,2**	**199.495,2**	**201.288,0**
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	124.236,4	124.295,8	125.064,8	126.914,2	127.676,8	127.584,9	128.539,6	129.218,7	130.270,5	130.822,2	129.479,8	130.746,2	132.044,7
Fundos Constitucionais Regionais	37.166,0	37.489,4	38.056,5	38.533,4	39.084,2	39.767,9	40.298,2	40.740,6	41.341,8	41.789,2	42.346,9	42.781,2	43.200,8
Fundos Diversos	24.494,1	24.792,4	25.056,5	26.436,9	26.377,5	26.338,6	26.250,3	26.447,8	25.348,0	26.168,9	26.867,5	25.967,8	26.042,4
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	**105.065,1**	**104.273,3**	**105.028,4**	**107.536,6**	**107.917,3**	**107.618,5**	**118.358,8**	**118.077,8**	**117.982,1**	**120.843,6**	**121.274,5**	**122.893,2**	**132.647,6**
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.498,2	5.522,9	5.524,7	5.526,0	5.528,6	5.530,9	5.531,8	5.534,2	5.536,8	5.540,2	5.542,0	5.545,1	5.544,8
Haveres de Operações Estruturadas	41.272,5	40.505,6	41.090,7	43.361,1	43.546,9	43.324,9	43.934,5	43.791,1	43.860,1	44.103,4	44.310,9	44.923,5	46.655,0
Haveres Originários de Privatizações	7.063,6	7.065,6	7.066,3	7.067,5	7.069,1	7.069,0	7.070,1	7.071,3	7.072,7	7.074,2	7.077,4	7.079,9	7.423,1
Haveres de Legislação Específica	23.993,0	24.217,5	24.374,5	24.615,2	24.924,8	25.144,3	35.279,3	35.130,4	35.103,2	37.798,8	38.078,5	38.880,5	45.973,0
Demais Haveres Administrados pela STN	27.237,7	26.961,8	26.972,3	26.966,9	26.847,9	26.549,5	26.543,0	26.550,7	26.409,2	26.327,0	26.265,6	26.464,2	27.051,7
II. HAVERES EXTERNOS	**285,5**	**308,3**	**300,5**	**279,9**	**278,4**	**278,9**	**295,5**	**297,5**	**274,1**	**295,0**	**254,8**	**267,2**	**319,5**
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	**968.616,7**	**968.388,0**	**990.798,4**	**987.890,7**	**966.417,6**	**1.003.691,2**	**1.018.204,6**	**994.596,6**	**1.017.834,8**	**1.053.630,4**	**981.630,5**	**1.004.588,1**	**1.010.897,7**
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB[\1]	**37,3%**	**36,9%**	**37,2%**	**36,6%**	**35,5%**	**36,6%**	**36,8%**	**35,3%**	**35,5%**	**36,2%**	**33,6%**	**34,3%**	**34,4%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TESOURO NACIONAL

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ SETEMBRO 2008/2007 *

R$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2007						2008					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano[1]			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano[1]		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos[2]	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [2]	Total
Câmara dos Deputados	115.085,0	7.632,0	1.943,0	1.932,1	16.892,2	18.824,3	364.418,1	4.735,3	1.264,8	1.264,8	9.943,2	11.208,0
Senado Federal	127.145,6	17.089,5	7.384,3	7.381,0	16.016,8	23.397,9	59.801,6	12.819,3	6.174,6	6.146,9	17.274,9	23.421,7
Tribunal de Contas da União	53.646,7	4.979,8	2.987,3	2.987,3	3.496,6	6.484,0	61.538,6	37.579,3	3.444,4	3.444,4	21.631,9	25.076,3
Supremo Tribunal Federal	75.989,3	29.003,6	10.406,8	10.372,3	21.931,8	32.304,0	70.118,6	9.077,6	1.409,5	1.394,5	41.610,1	43.004,6
Superior Tribunal de Justiça	9.499,6	3.959,0	1.243,6	1.241,9	3.645,1	4.887,0	15.409,6	5.034,5	1.683,9	1.655,6	11.912,3	13.568,0
Justiça Federal[3]	248.822,6	175.731,5	136.322,7	136.092,7	126.820,1	262.912,8	240.348,4	244.076,2	192.362,8	192.278,8	138.572,6	330.851,4
Justiça Militar	7.585,3	1.000,0	683,9	616,7	2.116,7	2.733,4	8.089,7	514,4	286,8	284,6	2.251,7	2.536,3
Justiça Eleitoral	181.641,7	98.159,1	35.658,9	35.163,5	50.510,9	85.674,4	308.476,7	196.355,8	141.724,1	123.562,2	74.879,3	198.441,5
Justiça do Trabalho	216.064,3	57.929,4	20.340,6	19.889,1	99.550,0	119.439,1	173.194,0	49.479,3	19.993,7	19.065,0	128.737,9	147.802,9
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	45.918,0	5.938,3	2.776,8	2.325,8	23.260,6	25.586,4	32.021,3	12.789,1	4.787,8	4.494,6	41.767,0	46.261,7
Presidência da República[4]	854.969,0	119.342,6	63.448,7	55.301,6	56.556,6	111.858,2	1.350.237,5	290.011,2	75.959,5	74.961,2	178.439,7	253.401,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	55.066,5	21.798,7	1.101,5	1.091,2	134.517,2	135.608,4	51.991,4	5.663,2	566,5	508,7	14.041,6	14.550,4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	545.121,0	110.283,8	43.597,7	40.129,8	193.931,0	234.060,8	825.342,7	320.320,9	20.679,5	11.595,5	298.401,3	309.996,7
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.039.446,8	381.093,0	145.470,5	128.408,6	290.164,0	418.572,6	1.163.124,8	488.413,6	208.899,4	138.423,7	218.578,2	357.001,9
Ministério da Fazenda[5]	132.757,1	31.723,5	22.533,1	22.134,2	200.679,2	222.813,4	482.410,6	304.893,6	282.776,2	282.456,0	118.207,1	400.663,0
Ministério da Educação	2.050.673,7	366.566,0	223.202,4	213.598,7	685.150,7	898.749,4	2.934.331,1	1.075.015,8	485.736,4	468.916,8	1.467.385,3	1.936.302,1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	218.757,1	15.089,9	3.483,2	3.481,5	41.473,6	44.955,0	196.170,7	21.762,3	11.021,2	11.019,2	22.340,8	33.359,9
Ministério da Justiça	987.825,1	330.375,1	229.640,9	228.347,1	314.147,5	542.494,6	1.320.059,5	422.968,6	133.191,5	117.836,6	219.366,7	337.203,3
Ministério de Minas e Energia	49.286,1	12.267,0	4.467,9	4.318,3	16.227,8	20.546,1	64.856,2	11.690,6	4.916,4	4.826,1	15.734,3	20.560,4
Ministério da Previdência Social	45.800,0	18.989,2	4.974,9	4.105,6	78.922,4	83.028,0	148.128,2	26.327,9	8.921,9	8.633,5	48.765,0	57.398,5
Ministério Público da União	307.789,4	76.006,5	50.229,7	50.110,7	77.636,6	127.747,3	168.537,2	24.174,7	2.964,6	2.964,6	125.396,9	128.361,5
Ministério das Relações Exteriores	42.159,2	9.879,0	9.135,2	9.134,8	6.569,4	15.704,2	38.569,2	12.339,2	11.357,7	11.357,7	1.214,3	12.572,0
Ministério da Saúde	4.645.831,3	495.235,4	138.527,5	136.117,0	1.013.490,7	1.149.607,7	3.623.689,1	1.126.714,5	89.230,0	82.118,3	724.409,5	806.527,8
Ministério do Trabalho e Emprego	64.485,9	23.251,4	17.207,9	16.356,1	33.371,7	49.727,8	107.302,8	19.353,3	7.562,9	7.514,8	6.851,2	14.366,0
Ministério dos Transportes	9.768.041,2	5.174.149,6	1.532.650,5	1.420.735,2	1.949.935,3	3.370.670,5	9.702.709,6	4.475.347,5	968.829,6	847.425,6	3.206.938,7	4.054.364,3
Ministério das Comunicações	174.365,3	8.030,1	1.696,2	1.696,2	92.666,0	94.362,2	39.184,4	2.198,4	355,7	355,7	49.933,6	50.289,2
Ministério da Cultura	243.969,2	52.639,1	16.231,7	16.115,1	57.564,9	73.680,0	263.788,7	43.271,7	8.832,5	8.812,5	70.182,2	78.994,7
Ministério do Meio Ambiente	95.267,4	3.547,9	1.120,5	1.113,9	25.446,4	26.560,3	170.023,1	11.358,8	2.608,7	2.499,9	23.195,2	25.695,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.768.746,9	818.337,9	606.199,9	606.095,4	197.798,7	803.894,1	1.887.082,2	671.122,7	388.355,4	388.099,6	362.316,9	750.416,6
Ministério do Esporte	604.468,5	294.339,3	148.501,3	148.501,3	164.235,8	312.737,2	898.825,3	473.305,4	4.368,8	4.354,1	156.773,7	161.127,8
Ministério da Defesa	3.142.079,6	1.413.283,1	884.270,3	863.666,0	623.524,7	1.487.190,7	4.482.145,8	2.277.361,4	873.109,2	852.949,3	1.035.735,4	1.888.684,7
Ministério da Integração Nacional	3.584.244,1	757.338,3	119.548,6	118.519,7	522.575,7	641.095,4	4.953.703,9	2.351.008,7	196.327,2	192.880,6	1.041.931,6	1.234.812,2
Ministério do Turismo	1.346.698,0	314.668,2	2.251,2	1.296,2	310.720,0	312.016,2	2.002.397,6	934.247,2	31.067,8	31.067,8	579.393,2	610.461,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	233.536,5	14.627,5	3.474,0	3.474,0	42.103,5	45.577,5	182.728,7	62.827,8	25.651,5	25.651,5	47.546,4	73.197,9
Ministério das Cidades	5.975.168,5	1.732.641,3	24.612,0	23.779,3	666.012,9	689.792,2	6.947.070,2	4.157.113,6	670.783,9	667.002,8	3.127.252,1	3.794.254,8
TOTAL	**39.057.951,4**	**12.996.925,5**	**4.517.325,3**	**4.335.629,7**	**8.159.663,3**	**12.495.293,0**	**45.337.827,1**	**20.181.273,5**	**4.887.206,5**	**4.597.823,5**	**13.648.911,8**	**18.246.735,3**

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

[1] "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

[2] Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

[3] Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R$ 125,7 milhões e R$ 195,9 milhões, respectivamente, em 2007 e 2008.

[4] Inclui 'Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

[5] Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.

TESOURO NACIONAL

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim -Ano XIII - nº 9 - Internet: http://www.tesouro.fazenda.gov.br

SETEMBRO / 2008

Comentários

Em Setembro de 2008, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de 11,9%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R$ 5.953.657,5 (mil), ante R$ 6.760.538,5 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 18,33%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R$ Mil

Origens	2007			2008			Variação Nominal		
	Agosto	Setembro	Janeiro a Setembro	Agosto	Setembro	Janeiro a Setembro	Set / 2008 Ago / 2008	Set / 2008 Set / 2007	Jan a Set/ 2008 Jan a Set/ 2007
FPM	2.517.762,6	2.592.860,0	24.274.280,0	3.457.093,7	3.044.484,0	29.700.365,4	-11,9%	17,4%	22,4%
FPE	2.405.861,8	2.477.621,4	23.195.421,1	3.303.444,9	2.909.173,5	28.380.347,5	-11,9%	17,4%	22,4%
IPI-Exp	213.834,6	265.135,9	1.868.569,0	277.198,7	274.027,9	2.262.548,3	-1,1%	3,4%	21,1%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 18,33%

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JUNHO	- 15,0 %	- 11,9 %	- 15,0 %	- 11,9 %	+ 3,0 %	+ 3,4 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	OUT/SET	NOV/OUT	DEZ/NOV
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 4,0 %	+ 12,0 %	+ 1,0 %
IPI - EXP	+ 8,0 %	- 6,0 %	+ 15,0 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/08/2008 a 20/09/2008, conforme demonstrativo abaixo:

R$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
AGO/3º DEC	367.913	8.709.902	9.077.815	SET/1º DEC	1.593.978	1.668.117	30.047	**3.292.142**
SET/1º DEC	492.949	3.133.139	3.626.088	SET/2º DEC	636.707	666.321	40.259	**1.343.286**
SET/2º DEC	2.494.444	1.369.596	3.864.041	SET/3º DEC	678.489	710.047	203.721	**1.592.257**
TOTAL	**3.355.307**	**13.212.637**	**16.567.943**	**TOTAL**	**2.909.173**	**3.044.484**	**274.028**	**6.227.685**

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 18,33% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	16.013,6	99.522,8	34,0
ALAGOAS	AL	72.438,8	121.024,5	964,4
AMAZONAS	AM	44.881,6	81.177,6	3.822,9
AMAPÁ	AP	11.746,5	99.261,0	182,0
BAHIA	BA	277.690,2	273.351,8	19.094,0
CEARÁ	CE	159.090,2	213.443,1	2.393,1
DISTRITOFEDERAL	DF	5.053,1	20.079,1	215,3
ESPÍRITOSANTO	ES	52.522,1	43.637,6	12.236,5
GOIÁS	GO	110.553,9	82.710,7	3.619,0
MARANHÃO	MA	127.124,8	209.990,0	3.221,7
MINASGERAIS	MG	399.811,0	129.589,1	32.712,1
MATOGROSSODOSUL	MS	46.354,7	38.750,2	1.636,7
MATOGROSSO	MT	55.627,8	67.140,8	3.380,8
PARÁ	PA	109.846,3	177.808,7	13.827,4
PARAÍBA	PB	98.370,6	139.317,4	644,9
PERNAMBUCO	PE	152.059,8	200.738,8	1.815,1
PIAUÍ	PI	75.802,6	125.717,0	76,4
PARANÁ	PR	206.821,7	83.877,3	26.729,3
RIODEJANEIRO	RJ	90.113,7	44.443,4	39.356,9
RIOGRANDEDONORTE	RN	76.835,3	121.542,4	570,0
RONDÔNIA	RO	26.707,9	81.910,7	590,6
RORAIMA	RR	9.312,8	72.167,9	13,1
RIOGRANDEDOSUL	RS	206.806,8	68.505,2	32.947,8
SANTACATARINA	SC	118.357,9	37.231,6	18.754,5
SERGIPE	SE	45.426,7	120.884,9	268,9
SÃOPAULO	SP	402.403,8	29.091,7	54.805,6
TOCANTINS	TO	46.710,0	126.258,1	115,0
TOTAL		**3.044.484,0**	**2.909.173,5**	**274.027,9**

Obs.:Deduzidos 18,33 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 16 de novembro de 2007, foi publicada a Portaria STN nº 722, de 13 de novembro de 2007, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2008, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa
Fone:(61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026
Email:transferencias.stn@fazenda.gov.br

Boletim FUNDEB
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

Boletim - Ano II - nº 9 Internet: http://www.tesouro.fazenda.gov.br

SETEMBRO / 2008

Em Setembro de 2008, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R$ 5.546.040 (mil), ante R$ 5.371.571 (mil) do mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um pequeno acréscimo de 3,25% em valores nominais. Contribuíram mais significativamente para esse comportamento o acréscimo da ordem de 10,5 % do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN - http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp .

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF- Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

R$ Mil

Origem	Setembro	Participação	Agosto	Participação	Variação
FPM	683.303	12,3%	775.909	14,4%	-11,9%
FPE	652.934	11,8%	741.425	13,8%	-11,9%
IPI-EXP	61.503	1,1%	62.214	1,2%	-1,1%
LC 87/96	29.786	0,5%	29.786	0,6%	0,0%
ITR	666	0,0%	407	0,0%	63,5%
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIAO	317.460	5,7%	317.460	5,9%	0,0%
IPVA	102.018	1,8%	97.304	1,8%	4,8%
ITCMD	17.778	0,3%	15.744	0,3%	12,9%
ICMS	3.680.592	66,4%	3.331.322	62,0%	10,5%
TOTAL	**5.546.040**	**100,0%**	**5.371.571**	**100,0%**	**3,25%**

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

-por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
-por meio do telefone: (61)3966-4232 ;
-por meio do FAX: (61)3966-4664;
-por meio do e-mail: fundeb@fnde.gov.br;
-por correspondência endereçada à:

Coordenação-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento
e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação

Endereço : SBS Quadra 02 Bloco F, Ed. Áurea – sala 1202
CEP: 70.070-929 Brasília-DF

Distribuição do FUNDEB por Estado

	FUNDEB UNIÃO			FUNDEB ESTADO		
UF	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	16.632.465	9.334.451	25.966.916	4.461.543	2.503.901	6.965.444
AL	16.058.534	38.999.854	55.058.388	7.910.725	19.212.036	27.122.761
AM	14.277.113	17.398.727	31.675.839	44.663.306	54.428.699	99.092.005
AP	18.651.176	6.425.725	25.076.901	4.891.791	1.685.325	6.577.116
BA	62.875.501	138.923.540	201.799.041	43.456.947	96.018.207	139.475.155
CE	30.813.321	95.822.495	126.635.816	19.564.196	60.840.247	80.404.442
DF	5.939.693	-	5.939.693	-	-	-
ES	9.286.900	16.317.661	25.604.561	35.540.302	62.446.516	97.986.818
GO	23.127.185	21.496.300	44.623.485	54.721.918	50.863.033	105.584.951
MA	39.745.979	116.947.435	156.693.414	10.079.546	29.657.768	39.737.313
MG	73.628.576	56.448.992	130.077.568	209.987.630	160.991.708	370.979.339
MS	9.468.396	10.457.415	19.925.811	33.713.531	37.235.072	70.948.603
MT	15.612.626	13.314.207	28.926.834	38.386.621	32.735.520	71.122.142
PA	46.973.468	97.738.584	144.712.052	22.121.383	46.028.380	68.149.763
PB	24.013.797	33.764.010	57.777.806	11.881.565	16.705.784	28.587.349
PE	39.850.181	56.854.996	96.705.177	44.775.810	63.882.482	108.658.291
PI	18.980.015	39.365.616	58.345.632	7.213.154	14.960.486	22.173.641
PR	41.018.417	33.289.638	74.308.054	107.411.934	87.173.146	194.585.079
RJ	15.350.935	25.444.430	40.795.365	118.142.990	195.823.966	313.966.956
RN	19.143.536	25.619.508	44.763.044	16.149.575	21.612.734	37.762.309
RO	13.712.578	10.878.811	24.591.389	21.873.949	17.353.683	39.227.633
RR	13.780.812	4.522.414	18.303.226	2.873.168	942.880	3.816.048
RS	40.212.964	32.051.087	72.264.051	124.082.466	98.897.903	222.980.370
SC	20.914.772	19.309.634	40.224.407	65.574.805	60.542.161	126.116.966
SE	15.720.962	21.744.884	37.465.846	8.383.013	11.595.196	19.978.210
SP	67.748.231	50.762.300	118.510.531	847.409.958	634.946.161	1.482.356.120
TO	22.794.087	16.087.200	38.881.287	9.399.296	6.633.666	16.032.963
TOTAL	**736.332.222**	**1.009.319.913**	**1.745.652.135**	**1.914.671.121**	**1.885.716.663**	**3.800.387.785**

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED
Fone: (61)3412-3116
Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br